



VESTÍGIOS DA MEMÓRIA

Fotografias do Patrimônio Arquitetônico Paulista

organização

Ana Lúcia Queiroz e Márcia Zoet





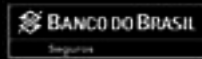


apoio



patrocínio

GRUPO SEGURADOR



realização



MINISTÉRIO DA CULTURA





VESTÍGIOS DA MEMÓRIA

Fotografias do Patrimônio Arquitetônico Paulista

organização **Ana Lúcia Queiroz e Márcia Zoet**

1^a edição 2017 | **illūmina**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vestígios da memória : fotografias do patrimônio
arquitetônico paulista / organização Ana Lúcia
Queiroz e Márcia Zoet. -- 1. ed. -- São Paulo :
Illumina, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-65591-02-7

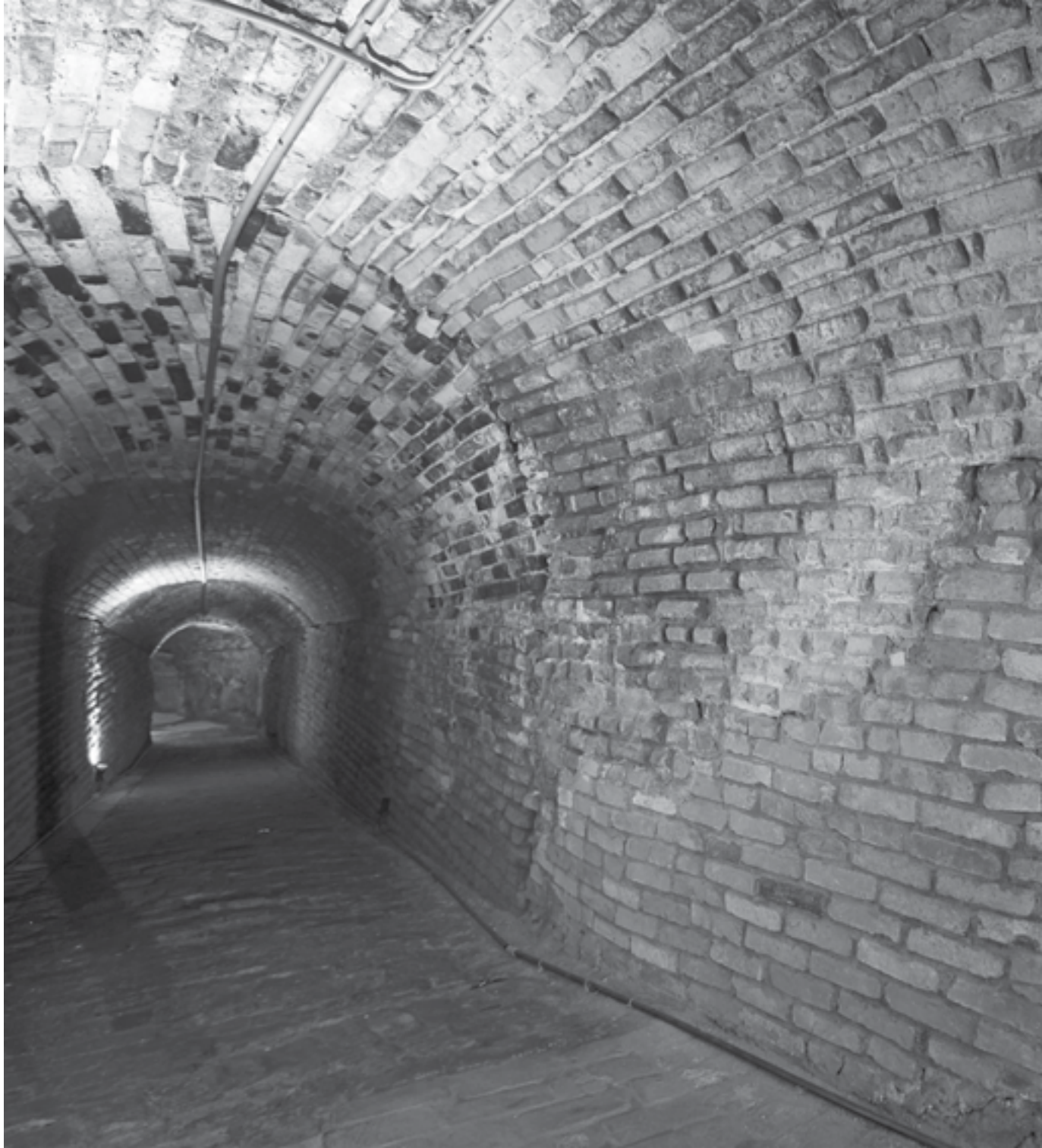
1. Arquitetura 2. Fotografia de arquitetura
3. Patrimônio arquitetônico - São Paulo (Estado)
4. São Paulo (SP) - Fotografias I. Queiroz, Ana
Lúcia. II. Zoet, Márcia.

17-07631

CDD-778.98161

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : Fotografia de arquitetura
778.98161





ÍNDICE

- 6 - Quem, para que e para quem se preserva no Brasil?
- 12 - c. 1584 - Guarujá - Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande
- 14 - c. 1698 - São Paulo - Casa do Sítio Tatuapé
- 16 - c. 1702 - São Paulo - Sítio Morrinhos
- 18 - 1865 - Taubaté - Chácara do Visconde de Tremembé
- 20 - 1867 - Santo André - Complexo Ferroviário de Paranapiacaba
- 22 - 1883 - Piracicaba - Engenho Central
- 24 - 1888 - Jundiaí - Ponte Torta
- 26 - 1890 - Osasco - Chale Brícola
- 28 - 1903 - São Paulo - Vila Penteados
- 30 - 1910 - Sorocaba - Complexo Ferroviário
- 32 - 1912 - Araraquara - Estação Ferroviária
- 34 - 1914 - São João da Boa Vista - Teatro Municipal
- 36 - 1916 - São Carlos - Escola Normal
- 38 - 1917 - São Paulo - Vila Maria Zélia
- 40 - 1920 - São Paulo - Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo
- 42 - 1921 - Araçatuba - Depósito de Locomotivas
- 44 - 1921 - Bauru - Hotel Cariani
- 46 - 1924 - Franca - Escola Profissional Doutor Júlio Cardoso
- 48 - 1924 - São Paulo - Grupo Escolar da Vila Guilherme
- 50 - 1926 - Assis - Catedral
- 52 - 1929 - Presidente Prudente - Matadouro Municipal
- 54 - 1929 - São Paulo - Edifício Martinelli
- 56 - 1930 - Ribeirão Preto - Edifício Meira Júnior
- 58 - 1937 - Marília - Ginásio Municipal
- 60 - 1943 - Santos - Posto 4
- 62 - 1944 - São José do Rio Preto - Fábrica Swift
- 64 - 1945 - Barretos - Recinto de Exposições Paulo Lima Correa
- 66 - 1951 - São José dos Campos - Residência de Olivo Gomes e Parque Ajudinado
- 68 - 1952 - Mogi das Cruzes - Catedral de Santana
- 70 - 1954 - São Paulo - Palácio da Agricultura
- 72 - 1954 - Adamantina - Cine Santo Antônio
- 74 - 1960 - Fernandópolis - Igreja Santa Rita de Cássia
- 76 - 1961 - Guarulhos - Ginásio Municipal
- 78 - 1976 - Campinas - Auditório Beethoven
- 82 - Minibiografias: fotógrafos e autoras
- 84 - Bibliografia



Uma empresa que acredita e investe na cultura ajuda a construir uma nova consciência coletiva, disseminando conhecimento e informação. No GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE acreditamos na cultura também como um poderoso instrumento de comunicação e fortalecimento da história. Por isso, ao apoiarmos o desenvolvimento do livro *Vestígios da Memória - Fotografias do Patrimônio Arquitetônico Paulista*, esperamos contribuir para a construção de uma sociedade ainda mais atenta e consciente de seus antepassados.

Ao trazer imagens que retratam a diversidade arquitetônica no estado de São Paulo ao longo de cinco séculos, por meio de edificações de diferentes estilos localizadas nas cidades-sede das regionais do Sincor-SP, o livro destaca a importância cultural do interior de São Paulo e do seguro para a preservação do patrimônio artístico nacional.

Somos uma seguradora cuja missão é cuidar de pessoas e empresas, proteger seus sonhos e conquistas, transformando a sociedade. Conectados com o tempo em que vivemos, para nós o ato de cuidar tem muitos significados. Um deles é fazer com que cada vez mais pessoas entendam os benefícios que o seguro pode trazer em suas vidas.

Acreditamos no poder transformador das nossas ações e atitudes e, por isso, procuramos transformar pequenas ações em grandes resultados. A partir do relacionamento com a sociedade, materializado pelo apoio a projetos socioculturais, fortalecemos um de nossos papéis mais importantes: promover e apoiar a cultura nas suas mais diferentes formas de expressão, contribuindo para a criação de um futuro mais perene, sustentável e inclusivo para as pessoas.

Por meio de leis de incentivo, demonstramos com transparência a destinação de nossos recursos, nos aproximando da sociedade. Nos últimos cinco anos, essas ações já beneficiaram mais de 14 milhões de pessoas em todo o país.

É assim que estamos construindo a nossa história, como agentes de transformação da realidade. Nossa, do mercado, dos nossos clientes e da sociedade.

Esse é o posicionamento sustentável do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. Porque quem cuida, transforma.

Roberto Barroso

Presidente do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE nas áreas de Vida, Rural e Habitacional

Luis Gutiérrez

Presidente do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE nas áreas de Auto, Seguros Gerais e Affinities

Quem, para que e para quem se preserva no Brasil?

Silvia Ferreira Santos Wolff

*"O estado de São Paulo é bonito penso em você e eu
Cheio dessa esperança que Deus deu
Quando eu cantar pra turma de Araçatuba verei você
Já em Barretos eu só via os operários do ABC
Quando eu chegar em Americana, não sei o que vai ser
Às vezes é solitário viver
Deixo fluir tranquilo
Naquilo tudo que não tem fim
Eu que existindo tudo depende só de mim
Vaca, manacá, saudade, cama, café, capim
Coragem grande é poder dizer sim"*

Nu com a Minha Música - Caetano Veloso

Ao longo de grande parte das bem pavimentadas estradas de São Paulo estende-se hoje uma paisagem verde, fortemente marcada pelo grande e homogêneo tapete das plantações de cana-de-açúcar, agricultura predominante.

É certo que essa paisagem não retrata a diversidade do estado de São Paulo. Para além da cana, ainda resta café, há a soja que abre o caminho para o Paraná, há indústrias procurando novos parques e há a imensa rede de municípios paulistas plenos de construções e movimento.

Mas... para onde nos levam esses caminhos?

Que fragmentos de memória da cultura material paulista ainda há, para no presente, nos lembrar de outros tempos?

A história da preservação oficial no Brasil data da década de 1930. Naquele momento alguns poucos intelectuais, aproveitando uma janela de oportunidade criada por decreto nas instâncias políticas e administrativas, lograram instituir um Serviço de Patrimônio Histórico Nacional. O mesmo que sobrevive ainda hoje sob o nome Iphan.

O arcabouço teórico e legal para a instituição da preservação no Brasil teve sua inspiração no modelo francês de proteção ao legado cultural. Serviços foram implantados naquela nação após as destruições excessivas de marcas do passado, especialmente as ligadas ao clero e à nobreza, empreendidas no curso da Revolução Francesa.

Durante a Revolução Francesa, inaugurou-se a forma moderna de o poder público tratar os bens culturais considerados representativos do passado de todos. A partir de então, e sobretudo, no século XIX, caberia ao Estado identificar, reconhecer e proteger os objetos que comporiam o universo do patrimônio. Arquivos, museus e outras instituições dedicaram-se a construir memórias nacionais referenciadoras das identidades unívocas, o que tornaria possível sustentar a construção dos Estados-nação.

No Brasil, a identificação e a seleção do que do legado material da nação deveria perdurar para as futuras gerações foi ação realizada por um corpo de especialistas que, ao mesmo tempo, construíam suas explicações do que seria a identidade nacional e sua história e, assim, privilegiavam determinadas representações materiais que davam base a este conteúdo.

No primeiro momento foram tombados conjuntos urbanos ligados ao passado barroco – que já se via como ameaçado desde os anos 1910, pelo menos. São desse momento inicial os tombamentos, em Minas Gerais, de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, São João Del Rey e Tiradentes e mais cerca de duzentos bens distribuídos em dez estados.

A primeira fase do Iphan foi capitaneada por Rodrigo Mello Franco. Costuma-se chamá-la de “heroica” em face às múltiplas dificuldades de toda ordem para criar, conceber e implantar um serviço de patrimônio. A ação distribuiu-se por escritórios regionais em algumas capitais. Uns poucos técnicos eram imbuídos da missão de proteger marcas materiais de nosso passado da passagem do tempo, da incúria e do que era entendido como ignorância ou insensibilidade.

Na sua primeira década o Iphan tombou ainda bens culturais que representavam a presença da Igreja católica, do Estado – casas de câmara e cadeia e fortalezas, obras de infraestrutura como os Arcos da Lapa; marcas da presença humana primitiva, como coleções arqueológicas e etnográficas – e do empenho em dominar a natureza e o território produzindo riqueza, como engenhos canavieiros e casas de homens ligados às bandeiras exploratórias das riquezas naturais do território.

Têm destaque nesse processo personagens fundamentais para a cultura brasileira como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Estes intelectuais desenhavam as primeiras ações ao lado de técnicos, arquitetos, historiadores, engenheiros e fotógrafos que documentavam e registravam os edifícios, as peças de museu e as intervenções nas construções.

Parte desse legado das primeiras ações do Iphan foi apropriada pelo público em geral. Possivelmente, não há brasileiro que não tenha imbricado em seu imaginário do que seja Brasil as cidades mineiras, igrejas ou fortalezas localizadas em sua costa.

Em São Paulo criou-se um escritório regional, inicialmente tendo Mário de Andrade à sua frente e depois durante décadas dirigido por Luis Saia, também responsável por obras de restauração importantes e muito analisadas. Destacam-se, no período pioneiro, as chamadas “casas bandeiristas”. Uma série de grandes edificações construídas em taipa de pilão, sedes de grandes propriedades rurais interpretadas como ligadas aos movimentos de penetração do território que eram empreendidas por bandeirantes paulistas.

Nos primórdios do Iphan em São Paulo foram selecionadas ainda fortificações de pedra, artefatos da defesa do litoral, engenhos de cana-de-açúcar, fazendas de café do Vale do Paraíba e casas de câmara e cadeia. Dessa ação nos foi legada a presença marcante da fortaleza de São João em Bertioga, o Engenho d’água em Ilhabela, a Casa de Câmara e Cadeia de Santos, testemunhando momentos iniciais da ação humana organizada sobre o território paulista após a chegada portuguesa.

Algumas dessas edificações, selecionadas por especialistas do passado, podem ser conhecidas e compreendidas pelo público, mas já não se pode dizer o mesmo, por exemplo, sobre a magnífica casa bandeirista do Sítio Santo Antonio, em São Roque, referida como pertencente ao bandeirante Fernão Dias Pais. Foi doada ao Brasil por Mário de Andrade nos anos 1940 e, ainda hoje, é muito pouco conhecida pelo público.

No final da década de 1960, o Estado de São Paulo inicia sua própria ação preservacionista institucionalizada, com a criação em 1968 do seu órgão de patrimônio cultural, o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

O momento de criação do Condephaat é bem outro do da década de 1930. Houve certa divergência sobre o que deveria ser preservado pelo conselho paulista em sua origem. De qualquer modo, a partir de um início marcado por seleções inspiradas nos critérios do Iphan – engenhos, fortalezas e fazendas, registros edificados de ações do passado que se via como ameaçados –, aos poucos e cada vez mais, muito mais forte do que no órgão nacional, é a própria comunidade que se impõe na indicação do que deseja ver preservado.

A ação preservacionista em São Paulo tem essa marca reconhecida por estudiosos do tema: a de que não sejam exclusivamente os especialistas e quadros técnicos a estabelecer qual é o registro do passado a ser preservado; que a comunidade também conduza as indicações de bens culturais a serem mantidos. Há de se reconhecer que, em grande medida, é o medo da perda, da ameaça de um passado eclipsado de seus vestígios de memória, de seus suportes para evocação, o que angustia e conduz o público a solicitar

tombamentos. O tombamento é visto como chancela oficial de reconhecimento de valor, mas também significa, em princípio, proteção contra o desaparecimento e isto é algo que a comunidade procura.

Assim se, inicialmente, os tombamentos em São Paulo pelo Condephaat selecionaram bens de um passado mais referido nos compêndios de História, como os bens do litoral e de valorização do bandeirismo, aos poucos novos temas, novas expressões materiais e culturais se impuseram.

Fazem parte do patrimônio oficial paulista hoje, é certo, os conjuntos urbanos coloniais, os engenhos e fortificações do litoral, as casas bandeiristas, as igrejas, mas também estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes, estações ferroviárias, escolas públicas e privadas, prédios modernistas, hospitais e asilos de tuberculosos e alienados, relógio de sol, residências urbanas e rurais, arranha-céus, sedes de banco, cemitérios, dois bairros inteiros na Capital e até a Serra do Mar.

Quanta variedade! Quanta diversidade este acervo, selecionado por várias mãos, expressa da riqueza material da história paulista. Mas será que é disso que trata o presente livro?

Oitenta anos depois das primeiras ações do Iphan, o que este livro mostra não é o patrimônio dos especialistas, não é a representação das escolhas oficiais, também não é conduzido pelo olhar do público em geral.

Diferentes fotógrafos, convocados pelas organizadoras a registrar vestígios materiais de municípios paulistas sem um roteiro pré-definido, olharam para as cidades buscando registrar algo material do passado que os atraísse. Não há desejo de explicar São Paulo. As escolhas foram conduzidas por estímulos singulares, pelo olhar do fotógrafo editando o que via. Não o fotógrafo a serviço de uma ordem documental, mas de escolhas que recortam a realidade, iluminam detalhes, desenham com o olhar, com ênfases de luz.

São, no mais das vezes, edificações icônicas, conhecidas nos municípios enfocados, mas não necessariamente as mais conhecidas, as tombadas, sequer a totalidade dos edifícios em suas essências arquitetônicas, em seus significados simbólicos.

São a beleza de um detalhe, de um mural, a monumentalidade de uma empena, a singeleza de um pátio vazio, o vanguardismo de um painel estético que atraíram os olhares dos fotógrafos.

A ideia é de que este livro, estruturado a partir dessa visada fotográfica e organizado segundo a cronologia da origem das edificações, seja um aperitivo a despertar mergulhos mais profundos e investigativos para quem não tinha prestado atenção ainda nestes fragmentos. A essa primeira tomada fotográfica as organizadoras incorporaram textos dos fotógrafos, relatos de como realizaram as seleções e as imagens. Se é verdade mesmo que uma imagem fala mais do que mil palavras, é interessante também aproximar-se das motivações autorais desses registros.

Os textos que acompanham as fotografias buscam em pesquisa inicial situar as origens dessas edificações, apoiam-se em bibliografia geral, mas também em cronistas locais – muitas vezes os que primeiro buscaram preservar de algum modo essa memória.

A tentação para o especialista é a de folhear essas páginas, esses “cartões-postais” e classificar, interpretar, explicar como se faz tradicionalmente no campo da preservação, nas pesquisas e inventários de reconhecimento do patrimônio. Que funções, que histórias, que memórias evocam estes fragmentos? Quando ocorreram? Que processos podem revelar? Que arquitetura, que técnicas, que estilos apresentam? O desejo é o de este livro provoque, e contribua para o aprimoramento das visadas e da capacidade de interpretação crítica feitas a partir de fragmentos do passado identificados.

Pode-se brevemente perceber que é o rico século XX que marcou presença mais fortemente no resultado, com mais de vinte imagens que evocam o dinamismo do período. Estabelecimentos comerciais e fabris, escolas, asilo, cinemas e igrejas com suas variadas configurações que perpassaram essas décadas. Que nos conduzem pelas formas da arquitetura acadêmica vulgarizadas pelo ecletismo do século XIX até a expressividade plástica dos pilares de Oscar Niemeyer no prédio do Ibirapuera; na presença maciça do concreto aparente, mas passando antes pelo ensaio modernizante de um prédio art déco, pela poesia das linhas e formas que buscam a integração das artes e da natureza na casa do rico industrial.

Contudo, se nos afastarmos da tradição da ação preservacionista oficial em São Paulo, podemos imaginar que este livro, fruto de uma escolha conduzida pela estética do olhar fotográfico, possa contribuir de modo complementar ao que se logra com os tombamentos. Ou ainda como estímulo a trabalhos acadêmicos que aprofundem ou revisem suas explicações iniciais. Ou ainda...

A ideia é que as imagens e informações desse livro, como os cartões-postais de lugares não visitados, sejam mensagens a despertar a curiosidade, convites para que se desbrave os vestígios da cultura material paulista.

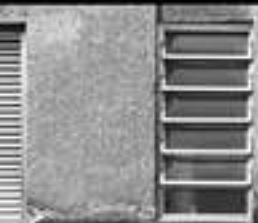
O livro, convidando-nos a folheá-lo, abre-se com a solidez da guarita da fortaleza colonial de pedra e cal do Guarujá, que se volta para a extensão do mar, e se encerra tendo perpassado marcas da diversidade e da força da ação humana que construiu parte da grandeza de São Paulo. É um convite que vale a pena considerar.

Silvia Ferreira Santos Wolff

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997), desde 1982 é arquiteta da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Tem ministrado cursos ligados aos temas da História da Arquitetura e Urbanismo e ao Patrimônio Cultural em geral e é docente de disciplinas desse mesmo campo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



AS CIDADES E SUAS JANELAS





c. 1584 – GUARUJÁ

FORTALEZA DE SANTO AMARO DA BARRA GRANDE

Rua Messias Borges, Praia de Santa Cruz dos Navegantes

Uso original – fortificação militar

Uso atual – Museu Histórico da Fortaleza da Barra de Santo Amaro

1ª edificação, c. 1584 – Projeto Giovanni Battista Antonelli / 2ª edificação, c. 1750

Tombamentos – Sphan, 1964 /

Condephaat, 1980

Foto – Marcos Piffer, 2015

“A Fortaleza da Barra Grande até hoje representa uma guardiã da entrada do canal da barra do porto de Santos. Abandonada durante muito tempo viu árvores crescerem por entre pedras, e uma delas bem ao lado de uma das guaritas. Foi esta relação entre a história ou o patrimônio abandonado, a natureza e a cidade de Santos, que aparece ao fundo, que busquei ao realizar a imagem.”

Marcos Piffer

Uma fortaleza em meio à paisagem urbana chama a atenção. Quanto mais em frente à orla de Santos, tomada por altos edifícios. Ela facilmente salta aos olhos e atíça a imaginação. Seu interior contendo antigos canhões, grades de ferro e paredes construídas com pedras e conchas de sambaquis evocam o início da colonização do Brasil. Podemos nos sentir índios e pensar no contraste da fortificação com a natureza ao redor, quando foi construída no final do século XVI. Ou soldados e corsários em contato com uma cultura e uma paisagem desconhecidas. Experiências que um espaço que nos remete a mais de quinhentos anos atrás é capaz de proporcionar.

A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, também conhecida como Fortaleza da Barra, é considerada o mais importante conjunto arquitetônico militar do Estado de São Paulo. O principal de um complexo de fortificações coloniais erguidas durante os séculos XVI, XVII e XVIII para proteger a região e garantir a posse de Portugal sobre as terras conquistadas.

Destituída de sua função original em 1911, foi até o final dos anos 1960 utilizada pelo Exército como posto fiscal, depósito de materiais, presídio político, escola, local de aquartelamento, alojamento e sede náutica do Círculo Militar de Santos.

Foi aos poucos se deteriorando até chegar a ruínas. No final do século XX, vista de Santos parecia um escombro em meio à vegetação. Nestes tempos, provocou medo e inspirou a criação de lendas e fantasmas pela população local.

Uma ação iniciada nos anos 1990 contribuiu decisivamente para mudar este cenário. Depois de um longo trabalho liderado pela Universidade Católica de Santos, que compreendeu a sensibilização dos moradores de Santos e Guarujá, a implantação no local de um núcleo de educação comunitária e o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas, o edifício foi finalmente restaurado. A Fortaleza foi reconhecida como museu histórico pelo Instituto Brasileiro de Museus no final de 2013. Sua missão é promover a valorização e preservação do patrimônio cultural e da memória histórica da cidade de Guarujá, constituindo um espaço de fomento cultural e disseminação de conhecimentos.





c. 1698 – SÃO PAULO – TATUAPÉ

CASA DO SÍTIO TATUAPÉ

Rua Guabijú, 49, Tatuapé

Uso original – residência rural

Uso atual – Acervo arquitetônico do Museu da Cidade de São Paulo

Tombamentos – Sphan, 22/10/1951 /

Condephaat – Ex-Officio, 11/12/1974

Foto – Luludi Melo, 2017

“Assim que cheguei nesta preciosidade histórica, vi que a minha tarefa de fotografar não seria fácil. A casa está situada num espremido lote, com exíguo terreno à sua volta, sem recuo nenhum, pesadelo para fotógrafos. Além disso, ela está cercada por outras construções muito próximas que iriam aparecer e interferir na minha imagem de fundo.”

Luludi Melo

O Brasil ainda era colônia de Portugal quando esta casa foi construída, entre 1668 e 1698. Os portugueses já haviam ultrapassado a Serra do Mar há mais de cem anos e se embrenhavam nas matas do planalto em busca de ouro e da efetiva posse das terras conquistadas. A região vizinha ao Rio Tatuapé era habitada por índios e ocupada por roças e algumas fazendas.

Esta casa, que sobreviveu em um pequeno terreno, espremida entre outras casas do bairro, era sede de uma grande propriedade rural. Na época, a convivência com os habitantes nativos fazia parte do cotidiano.

Construída em taipa de pilão, ela é documento desta técnica construtiva que caracterizou as moradias paulistas do século XVI até a primeira metade do XIX. Até 1822 foi um imóvel

valorizado e habitado por pessoas de posses, conforme mostram inventários de sucessivos proprietários. A partir desta época passou por um processo de deterioração. Chegou a abrigar uma olaria quando o bairro começou a receber imigrantes italianos. Depois voltou a servir de residência, só que para pessoas mais humildes. Na década de 1940, quando foi vendida para uma fábrica de tecidos.

A casa já estava bastante estragada quando os órgãos competentes iniciaram as discussões sobre sua relevância enquanto patrimônio histórico e arquitetônico. Foi tombada em 1951 pelo Governo federal. Em 1980 o governo do Estado de São Paulo iniciou o processo de restauração. Foi aberta ao público em 1981; e em 1991 passou por obras para conservação, sendo reaberta em 1992.

Um fio puxa o outro e uma rede de histórias pode ser contada a partir da arquitetura desta casa, dos objetos encontrados pelos arqueólogos, da vida de seus moradores, da história da edificação, seus usos, processo de desapropriação, tombamento e restauração e da sua atual função. Hoje integra o acervo arquitetônico do Museu da Cidade de São Paulo, funcionando como polo de irradiação das atividades de conservação, pesquisa e comunicação da instituição.





c. 1702 – SÃO PAULO – JARDIM SÃO BENTO

SÍTIO MORRINHOS

Rua Santo Anselmo, 102, Jardim São Bento

Uso original – residência rural

Uso atual – Centro de Arqueologia de São Paulo

Tombamento – Iphan, 07/02/1948 /

Condephaat – Ex-offício, 26/12/1974

Foto – Mônica Zarattini, 2017

“Ao chegar ao Sítio Morrinhos, logo senti a volta ao passado. As janelas e portões originais me proporcionaram uma viagem no tempo. Percebi que deveria não só fotografar a riqueza dos detalhes como optar por fotos mais abertas que pudessem transportar o espectador para um tempo e espaço do passado, bem bucólico, em plena metrópole!”

Mônica Zarattini

A Casa do Tatuapé e o Sítio Morrinhos são construções da mesma cidade e da mesma época; ambas fazem parte do atual acervo arquitetônico do Museu da Cidade de São Paulo e foram construídas para serem sedes de propriedades rurais nos arredores da Vila de São Paulo de Piratininga; suas paredes são de taipa de pilão; foram utilizadas como residência por mais de um século e sobreviveram a todas as remodelações da cidade; se deterioraram e passaram por um processo de tombamento, restauração e disponibilização para o público. Elas têm muita coisa em comum. Podem, no entanto, nos levar a uma quase infinita diversidade de histórias. Algumas podem ser descobertas através das pistas deixadas pelos que viveram na casa do

atual Sítio Morrinhos: o rico proprietário de terras ligado à mineração, José de Góis Morais, a quem é atribuída sua construção; o comerciante abastado, proprietário de quatro lojas na cidade, José Pinto Tavares; o Coronel Luiz Antônio das Neves de Carvalho; o alferes, fabricante de telhas e agricultor Francisco Baruel; e os padres beneditinos, que por meio século usaram o local para descanso e meditação.

Outras pistas surgem das histórias da edificação: foi vendida, dividida, ampliada e remodelada várias vezes; acabou se deteriorando no final do século XIX; em 1902, foi penhorada, leiloada e arrematada pelos monges do Mosteiro de São Bento, que realizaram diversas alterações nas construções originais. Paredes e cômodos são testemunhas e contêm marcas dos quatro séculos de uso.

Diferente da Casa do Tatuapé, que sobreviveu em um pequeno terreno, o Sítio Morrinhos é hoje um conjunto arquitetônico instalado em uma ampla área verde, composto pela sede e por diversos anexos edificadas nos séculos XIX e XX.

Desde 2009 abriga o Centro de Arqueologia de São Paulo, cujo acervo possui cerca de cem mil artefatos encontrados em escavações arqueológicas na cidade, como ossos de animais, porcelana, cerâmica e moedas.





1865 – TAUBATÉ

CHÁCARA DO VISCONDE DE TREMEMBÉ

Avenida Monteiro Lobato, s/nº

Uso original – residência

Uso atual – Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato (1958)

Tombamento – Sphan, 23/07/1962 /
Condephaat, 13/10/1980

Foto – Chico Ferreira / Pulsar Imagens, 2016

“Cresci admirando e viajando pelo espaço, pelas matas brasileiras das décadas de 1920 e 30 nas páginas de Monteiro Lobato. A memória dessas histórias continua viva, desperta cada vez que me deparo com algum comentário sobre a vida simples do povo da roça. Durante uma viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro, ao avistar a placa de entrada de Taubaté, tudo isto retornou com força: mal percebi, já buscava direções no GPS para chegar ao Sítio do Pica-pau Amarelo.”

Chico Ferreira

Mais de cento e setenta anos se passaram entre a construção desta chácara, em Taubaté, e da casa do Sítio Morrinhos, em São Paulo. Estima-se que tenha sido construída por volta de 1865, mas o seu primeiro registro só foi encontrado em um documento de 1874, o inventário do taubateano Francisco Alves Monteiro.

No começo do século XIX o cultivo de café ganhara força nas terras da região do Vale do Paraíba, enriquecendo rapidamente cidades como Guaratinguetá, Bananal, Lorena, Pindamonhangaba e Taubaté. A paisagem rural não era mais composta predominantemente por pequenas propriedades, onde portugueses e índios conviviam. Neste século e meio, muitos grupos indígenas da região foram dizimados. Sustentados pela mão de obra escrava, latifúndios de café dominaram o Vale. Uma oligarquia rural

formada por grandes fazendeiros com títulos de nobreza se estabeleceu na província de São Paulo.

A Chácara do Visconde de Tremembé nos leva a este passado. Pode nos fazer refletir sobre a desigualdade que vivemos hoje em paralelo à escravidão e à concentração da renda nas mãos dos grandes latifundiários, à destruição da Mata Atlântica para dar lugar a grandes monoculturas, à formação da riqueza do estado de São Paulo. Enfim, sobre os significados da prosperidade gerada pelo café. O Visconde de Tremembé foi proprietário de fazendas, fundador de uma casa bancária e sócio de uma firma comissária de café. Um homem rico e erudito, cuja biblioteca alimentou a imaginação de seu neto, o escritor paulista Monteiro Lobato.

Quando entramos pelo portão da antiga chácara, rodeados por mangueiras, jaqueiras e abacateiros centenários, o poderoso Visconde de Tremembé se transforma no Visconde de Sabugosa. Histórias que fazem parte do imaginário de algumas gerações de brasileiros se materializam e se misturam às histórias que pomar, casa, capela e cruzeiro do amplo terreno parecem querer nos contar.

Desde 1981, após o conjunto arquitetônico ser tombado e restaurado, é sede do Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, que se ocupa da divulgação e preservação das obras do escritor.





1867 – SANTO ANDRÉ

COMPLEXO FERROVIÁRIO DE PARANAPIACABA

Pátio Ferroviário, s/nº – Distrito de Paranapiacaba

Tombamento – Condephaat, 30/09/1987

Foto – Daniel Cymbalista / Pulsar Imagens, 2013

“A arquitetura e o ambiente da Vila de Paranapiacaba são apaixonantes, nos remetem a outra época. Neste dia, a neblina estava forte e dava um clima especial à cidade. Quando o tempo abriu um pouco consegui fotografar a torre com a névoa como moldura.”

Daniel Cymbalista

Lá no alto da serra, onde nos dias claros os índios que seguiam rumo ao planalto podiam ver o mar, desde 1898 este relógio inglês funciona quase que ininterruptamente. A engrenagem construída no local para possibilitar que a ferrovia atravessasse a muralha da Serra do Mar e chegasse ao Porto de Santos, inaugurando a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, existe há exatos cento e cinquenta anos. Esta enorme obra de engenharia incrementou a relação entre o interior do estado de São Paulo e o mundo lá fora. Depois dela, mão de obra, materiais e equipamentos europeus passaram a circular pelas cidades que cresciam em torno das fazendas e das novas estações de trem. O café produzido em São Paulo chegava com mais rapidez ao consumidor estrangeiro. Em algumas décadas, São Paulo se tornaria o maior produtor mundial de café.

A empresa inglesa São Paulo Railway Company

Ltd, inaugurada em 1867, foi a célula-mãe de um sistema de estradas de ferro construído em São Paulo. Depois dela, contando com o capital de grandes latifundiários paulistas, surgiram outras companhias para atender as diferentes regiões do estado: Companhia Paulista de Estradas de Ferro, (1868), Ituana (1870), Sorocabana (1871), Mogiana (1872), Araraquara (1886), São Paulo Minas (1902) e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1906).

O complexo de Paranapiacaba ainda mantém traços da antiga vila construída pelos ingleses, talvez o primeiro núcleo de povoamento operário do Brasil. A arquitetura das casas dos trabalhadores e sua ordenação no espaço são marcas da vida na localidade desde sua criação até os dias de hoje.

Através das construções, trilhos, maquinário e acervo do Museu Ferroviário, podemos pensar no significado do progresso gerado pelo café. Olhando para a mata ao redor, podemos imaginar o impacto ambiental provocado pela sua construção, a dominação que exerceu sobre animais, pássaros, plantas e homens que lá viviam. Reparando na situação precária da vila agora, com locomotivas, vagões e trilhos praticamente em ruínas e algumas casas semiabandonadas, outras reflexões hão de surgir.





1883 – PIRACICABA

ENGENHO CENTRAL

Avenida Maurice Allain, 454

Uso original – Engenho Central de Cana-de-açúcar

Uso atual – complexo artístico e cultural

Tombamento – Condephaat, 2014

Foto – Mauricio Simonetti, 2009

“O Engenho Central de Piracicaba, às margens do rio Piracicaba, é um local icônico e de fácil assimilação visual com a cidade. Uma construção imponente como a do engenho atrai os olhos e a atenção de qualquer um que passe por ali. Felizmente a estrutura foi tombada e, preservada, abriga diversas atividades culturais.”

Mauricio Simonetti

Do café ao açúcar. Os engenhos de cana-de-açúcar, no entanto, existiam nas terras paulistas desde o início da colonização do país, muito antes do plantio extensivo de café. Começaram a ser implantados na década de 1530 pelos donatários das capitanias de Pernambuco e São Vicente. Grandes latifúndios e mão de obra escrava foram alicerces para sua expansão e sobrevivência por mais de trezentos anos.

No final do século XIX a atividade passou por uma grave crise, pois as tradicionais fazendas de açúcar não conseguiam competir com os preços do produto no mercado internacional, que se modernizara. Desta crise surgiram os engenhos centrais.

O Engenho Central de Piracicaba iniciou suas atividades em 1883, no mesmo local da fundação da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba. Foi uma concessão imperial dada ao Barão de Rezende, um dos mais influentes políticos do partido conservador local. Sua história está ligada à expansão do sistema ferroviário, à substituição da mão de obra escrava pela do imigrante, à penetração do capital estrangeiro no Brasil e à industrialização.

A crescente urbanização da cidade durante o século XX acabou por dificultar seu funcionamento e em 1974 foi desativado. Participou, portanto, das transformações do setor açucareiro nacional ao longo de quase um século e continua até hoje fazendo parte da vida de quem passa ou visita o local.

Suas máquinas e ferrovias não funcionam mais, mas deixaram suas marcas. Traz à memória uma imagem da exploração do trabalhador pela alta burguesia, da acumulação do capital e da exploração indiscriminada dos rios e das matas; e por outro lado, uma imagem do espírito empreendedor, do progresso da técnica e da conquista de mercados. Vestígios que podem levar a diferentes interpretações.

Atualmente funciona como um complexo artístico e cultural. Lá estão instalados o Teatro Municipal Erotides de Campos, o Salão Internacional do Humor e a célula inicial do Museu da Cana-de-açúcar.





1888 – JUNDIAÍ

PONTE TORTA

Rua 23 de Maio – Vianelo

Uso original – ponte

Uso atual – parque público

Construtores – Paschoal Scollato (pedreiro) e
Willian Harr (engenheiro)

Tombamento – Conselho do Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiaí, 2011
Foto – Alessandro Celante, 2017

“Ao fotografar a ponte, talvez com o compromisso exacerbado e sem o despojamento necessário, o fiz como se seguisse os ritos de um manual. Tecnicamente eu tinha uma imagem interessante e mesmo assim não a enviei. No dia seguinte, ao cair da tarde, eu passava pela ponte e reparei que ela havia sido pichada. Sem equipamento, apenas com o celular e na eminência de desaguar uma chuva torrencial, me deitei aos seus pés e saquei duas ou três fotos. Diferentemente do dia anterior, eu tinha um cenário interferido, um pano de fundo, gana de fazer uma fotografia e finalmente a oportunidade de assumir um risco. Foi assim que decidi enviar a imagem feita pelo celular e contribuir não apenas com uma imagem, mas compartilhar uma experiência.”

Alessandro Celante

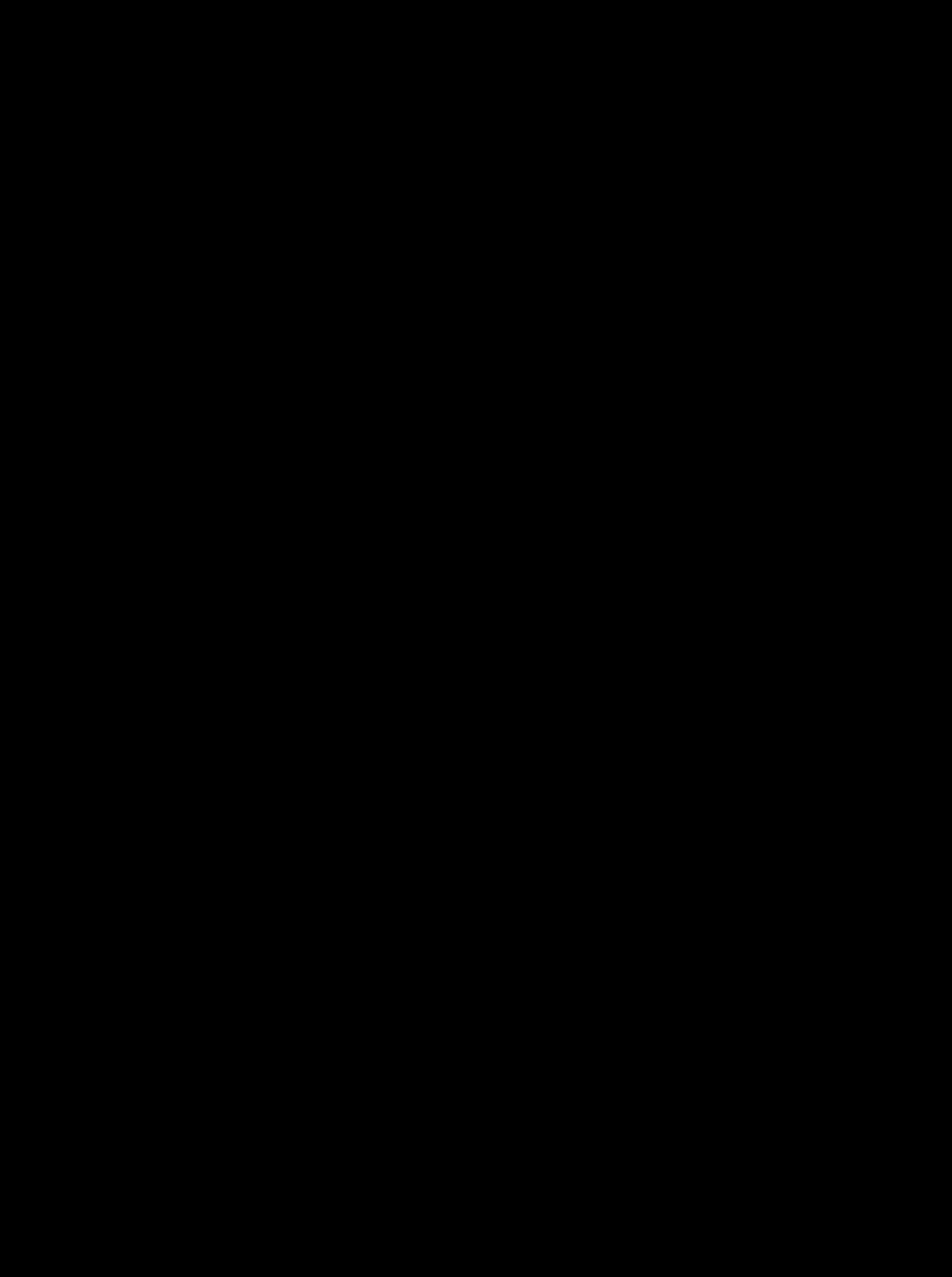
Após a inauguração da São Paulo Railway em 1867, Jundiaí passou a se destacar pela sua posição estratégica para o setor ferroviário paulista. Para a cidade convergia toda a malha ferroviária que se formava no interior. Para atender a população que crescia e as novas necessidades decorrentes desta expansão, recebeu melhorias e novos serviços urbanos. Um deles foi a instalação, em 1883, de uma companhia de bondes de tração animal que ligava a estação ferroviária ao centro da cidade. Esta ponte foi construída para que os veículos pudessem transpor o Rio Guapeva, que cortava seu trajeto. A companhia, no entanto, encerrou suas atividades apenas três anos após a inauguração.

Com cinquenta mil tijolos de terra, dezessete metros de altura, oito de comprimento e base em pedra de cantaria, a ponte em arco de alvenaria sobreviveu mesmo tendo perdido rapidamente sua utilidade. Até hoje não se conhece outra no Brasil com a mesma forma, técnica construtiva e finalidade.

Não se sabe ao certo quando caiu em decadência e como se transformou em ruínas. Nem quanto fomentou a imaginação ou como foi utilizada pelos que por ela passaram durante mais de um século. Foi preservada mesmo após a ampliação do leito do Guapeva, quando uma de suas bases foi fixada no meio do rio. Apesar deste esforço, sabe-se que no início do século XXI o local estava tomado por lixo e mato.

O processo de sua recuperação durou cinco anos. Em 2011 o monumento foi tombado pelo Município e em 2016 a obra de restauro já estava completa. Além da restauração, o projeto envolveu a promoção de ações educativas e culturais visando sensibilizar a população para reconhecer o valor histórico do monumento e cuidar da sua preservação.

Não liga mais os dois lados da cidade, mas o passado ao presente, fomentando a união da população local em torno de uma história comum.





1890 – OSASCO

CHALÉ BRÍCOLA

Avenida dos Autonomistas, 4001

Uso original – residência

Uso atual – Museu Municipal Dimitri

Sensaud de Lavaud

Foto – Luludi Melo, 2017

“Cheguei neste casarão com o sol se pondo. O jogo de luzes e sombras provocado pelo reflexo das palmeiras me mostrou um belo cenário. Ao percorrer a casa, as grades de ferro que a cercam se projetavam pelo chão e pareciam estar em movimento. Quando entrei no casarão a cidade silenciou. Em um passe de mágica fui transportada para o campo. Foi possível ouvir pássaros, o balanço das folhagens com o vento e sentir aquele característico cheiro de mato.”

Luludi Melo

Este chalé foi construído logo após a abolição da escravatura, quando o café se expandia pelas terras paulistas e começavam a se instalar as primeiras indústrias. Giovanni Brícola, seu primeiro proprietário, chegou da Itália em 1865 para trabalhar como engenheiro na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Mais tarde, comprou um comércio de secos e molhados, importações e câmbio, que entre outras atividades agenciava a vinda de italianos para o Brasil. Angariou fortuna quando se tornou agente do Banco de Nápoles, instituição que detinha o monopólio das transferências de dinheiro feitas pelos imigrantes para suas famílias na Itália. Investiu também no ramo imobiliário. Atraído pelo seu patrício Antônio Agu, pioneiro na ocupação da região de Osasco, aplicou recursos na compra

de terras na localidade, onde construiu esta casa de campo. Em São Paulo, viveu numa mansão na Avenida Paulista.

A maioria dos imigrantes italianos, no entanto, vivia em cortiços, onde diferentes famílias compartilhavam o mesmo espaço. Trabalhava na lavoura e sua mão de obra supria à procura por operários qualificados no Brasil. A Itália passava por uma crise econômica e a possibilidade de uma vida melhor na América, estimulada pela política de imigração brasileira e pela ação de agências especializadas em imigração, preencheu a imaginação de muitos italianos.

O Chalé Brícola nos fala dos imigrantes e das desigualdades sociais. É um vestígio da influência europeia na arquitetura e no gosto da elite brasileira, já que no período tais chalés eram construções típicas para as casas de campo de europeus da classe alta. Conta sobre as estradas de ferro, que viabilizavam a importação de materiais e equipamentos necessários para este tipo de construção. Fala também da história de Osasco e da vida de outros moradores. Um deles foi Evaristhe, pai de Dimitri Sensaud de Lavaud, autor do primeiro voo da América Latina, que ocorreu na cidade.

Desde 1976, passou a abrigar o Museu Municipal Dimitri Sensaud de Lavaud, que expõe detalhes e ornatos do interior do imóvel e uma coleção de documentos e obras de arte que fazem parte da história de Osasco.





1903 – SÃO PAULO – HIGIENÓPOLIS

VILA PENTEADO

Rua Maranhão, 88

Uso original – residência

Uso atual – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP – Pós-graduação

Tombamento – Condephaat, 1992

Foto – Márcia Zoet, 2017

“Há muitos anos este edifício chama a minha atenção. Sempre que passava por ele ensaiava entrar, mas nunca aconteceu. Quando resolvi fotografá-lo para este projeto, vi que a quantidade de árvores em frente ao prédio escondia a atual porta de entrada. O interior está em obras. Optei então por mostrar a parte de trás. Só depois fiquei sabendo que era esta a entrada original.”

Márcia Zoet

A casa da Vila Penteado está situada em Higienópolis, um bairro onde ainda hoje vive uma parcela da elite da cidade de São Paulo. Em 1903, quando foi construída, ele estava começando a ser ocupado com elegantes palacetes de fazendeiros, empresários, comerciantes e profissionais liberais.

Foi o Conde Antônio Álvares Penteado, cafeicultor da região de Mogi Mirim, que encomendou ao arquiteto sueco Carlos Ekman o projeto da residência de sua família e de sua filha, Eglatina Álvares Penteado Prado, recém-casada com o engenheiro de uma das mais tradicionais famílias da cidade, Antônio Prado Junior.

A residência foi lançadora do estilo art nouveau em São Paulo e hoje é considerada um dos seus mais representativos exemplares. Construída com mais de sessenta cômodos distribuídos em dois pavimentos ricamente decorados com pinturas, estátuas, mobiliário, vitrais e mármore europeus, ocupava um grande terreno com jardins, quadra de tênis, lago,

cocheira e horta. Uma monumentalidade que exibida aos passantes e visitantes, no dia a dia ou em festas e recepções, os valores culturais da alta burguesia cafeeira de São Paulo.

A residência participou da trajetória da família Penteado até 1938. Permaneceu desocupada por dez anos e em 1948 foi doada pelos herdeiros à Universidade de São Paulo para sediar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A partir de então, ao contrário de seu uso original, onde arquitetura, mobília e decoração predominavam no espaço, ela torna-se um ponto de encontro de estudantes onde prevalece o ver e ser visto, a troca de informações, a exposição de trabalhos, os debates sobre arquitetura, cidades e também sobre política e arte. Nos primeiros anos da ditadura militar, presenciou os sonhos e lutas de uma geração. Foi lá que Chico Buarque começou a tocar seu violão e que aconteceu o conhecido debate sobre tropicalismo, quando um grupo de estudantes contrários à ideia vaiou e atirou bombinhas e bananas em Caetano Veloso, Torquato Neto, Décio Pignatari e Gilberto Gil.

Os quarenta alunos e poucos professores da primeira turma se transformaram em tantos que a faculdade já não cabia mais no antigo edifício. Em 1969 foi transferida para um novo prédio na Cidade Universitária, projeto dos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascardi, realizado especialmente para ela. Depois da mudança da faculdade, a Vila Penteado ficou mais alguns anos sem utilidade até que em 1973 passou a ser a sede de seus cursos de pós-graduação.





1910 – SOROCABA

COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SOROCABA

Casa dos Engenheiros
Estrada de Ferro Sorocabana
Rua Álvaro Soares, 553
Uso original – residência de
engenheiros e supervisores da
ferrovia

Uso atual – Museu Ferroviário
de Sorocaba

Foto – Eptacio Pessoa, 2017

“Escolhi para fotografar o Museu Ferroviário de Sorocaba pela força que tem como parte da história da cidade, que se desenvolveu através da ferrovia. Utilizei uma Canon EOS1D, uma lente 16/35 mm e um diafragma bem fechado. O dia estava nublado, o que achei bom, pois se evitou com isso sombras que poderiam ocultar a beleza do casarão. Fiz questão de captar em primeiro plano os pés de Maylaski, o fundador da ferrovia, por acreditar que em tudo o primeiro passo precisa ser dado.”

Eptacio Pessoa

Sorocaba já tinha um núcleo urbano movimentado quando a Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro foi criada, em 1871. Representante da expansão ferroviária inicialmente vinculada ao cultivo do algodão e à produção da Imperial Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, e depois ao café, o complexo de Sorocaba foi fundamental para a industrialização da região. O conjunto de edificações que sobrevivem até hoje compõe um dos maiores e mais completos exemplares de arquitetura ferroviária existente em São Paulo e no Brasil, contendo oficinas, estação, residências, armazéns, centro administrativo, pátio de estacionamento e manobras, dentre outros edifícios.

Construída mais de trinta anos após a inauguração da Companhia Sorocabana, em 1910, a casa que hoje abriga o Museu Ferroviário foi durante anos residência de engenheiros e supervisores, profissionais do topo da hierarquia das estradas de ferro. De estilo arquitetônico inglês, é toda erigida com tijolos e cal. Os tijolos foram confeccionados pelos próprios funcionários da empresa, já as telhas são originalmente francesas, vindas de Marselha e trazidas à cidade pelos trilhos do trem.

Quem foram, como viveram, o que pensaram os altos funcionários que a habitaram? E além deles, como viveram as esposas, filhos e empregados que compartilharam a residência? Como era viver numa das casas mais importantes do local? A construção de ferrovias demandava um grande número de engenheiros, técnicos e trabalhadores qualificados. Mas precisava principalmente de um grande número de trabalhadores não qualificados. O que a casa representava para a maioria dos trabalhadores da ferrovia e da cidade?

O Museu Ferroviário de Sorocaba, pela sua edificação e pelo seu acervo, é vestígio para a história econômica, social, das técnicas, da arquitetura e urbanismo e também indício para se reconstruir a vida doméstica e as outras relações sociais e trabalhistas subjacentes às ferrovias.





1912 – ARARAQUARA

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Rua Antônio Prado, 611

Uso original – estação de trem

Uso atual – Museu Ferroviário Francisco Aureliano de Araújo

Foto – Pierre Duarte, 2017

“O prédio está bem conservado. A foto foi feita num domingo de manhã, proporcionando uma cena sem carros ou pessoas. O calçamento de paralelepípedo em frente à estação e os gradis, que parecem ser da mesma época, dão um ar nostálgico. Árvores centenárias não só compõem a cena como providencialmente obstruem a visão de prédios modernos do centro da cidade. Estas mesmas árvores ao crescerem ocuparam uma parte da praça, que pode ser vista na foto obstruindo um parapeito em frente da estação. Se por um lado mostra pouco uso do local, por outro mostra que não sofre alterações constantes.”

Pierre Duarte

“(…) Lá vai o trem com o menino / Lá vai a vida a rodar / Lá vai ciranda e destino / Cidade noite a girar / Lá vai o trem sem destino / Pro dia novo encontrar / Correndo vai pela terra, vai pela serra, vai pelo mar / Cantando pela serra do luar / Correndo entre as estrelas a voar / No ar, no ar, no ar... (...)”

Verso de *Poema Sujo*, de *Ferreira Gullar* (1976), utilizado como letra para a quarta parte das *Bachianas n.º2*, de *Heitor Villa-Lobos*, *Trenzinho Caipira*.

O Museu Ferroviário Francisco Aureliano de Araújo ocupa as antigas dependências da Estação de Araraquara da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Como na maioria das cidades do interior paulista, as histórias da Companhia, do café e da urbanização de Araraquara estão entrelaçadas. Uma estação, no entanto, dá inspiração para imaginarmos situações bem mais próximas do cotidiano e da intimidade.

Nas estações as pessoas esperaram, partiram, chegaram. Emocionaram-se ou nem deram pelo passar do tempo. Muitas apenas observaram o ir e vir de passageiros. Bancos de madeira, grandes estruturas de ferro e o relógio de algarismos romanos compõem o cenário construído em 1912 e que permanece no centro da cidade interagindo com a população até os dias de hoje.

A construção marcou o imaginário dos moradores, possibilitou mudanças, estreitou laços. Como todo transporte ferroviário de passageiros, no Brasil, passou de símbolo e ator do progresso e modernidade ao abandono.

Atualmente os que entram no museu ferroviário, e se deparam com as fotos, documentos, mobiliário, vestuário, ferramentas, veículos e outros objetos de seu acervo, têm a oportunidade de imaginar outros tempos e entrar em contato com esta história.



PARAGUARA



1914 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA

THEATRO MUNICIPAL

Praça da Catedral, 22

Uso original – teatro municipal

Projeto e execução – José Pucci e Antônio Lanzac

Uso atual – teatro e centro cultural municipal

Tombamento – Condephaat, 23/01/1987

Foto – Eduardo Zappia / Pulsar Imagens, 2013

“Essa foto foi feita em São João da Boa Vista, onde morei parte da minha adolescência. Assisti à decadência e ao renascimento do teatro, com uma restauração impecável. Sempre ando pela cidade e quando estou disposto, saio fotografando as coisas que mais me agradam. Sempre achei incrível um teatro municipal desse porte numa cidade tão pequena. Quanto à técnica, não tem nada de mais. Dei sorte com o sol neste dia, que iluminava a fachada por inteiro.”

Eduardo Zappia

No dia 31 de outubro de 1914 a alta sociedade de São João da Boa Vista esteve em festa. Era a inauguração do novo teatro municipal. O público lotou as quatrocentas e oitenta cadeiras, as vinte e duas frisas e os trinta camarotes para ver a peça *Uma Causa Célebre*, da Companhia de Teatro Santos Silva. Eram famílias de fazendeiros, banqueiros e profissionais liberais, entre eles muitos imigrantes italianos, que vieram da vizinhança para a inauguração. A maioria nos vagões de primeira classe da estrada de ferro Mogiana do Brasil, cujos trilhos passavam pela região desde 1886.

Nesta noite de gala, um sábado de primavera, é provável que nos arredores da cidade outras festas bem diferentes, com apresentações realizadas ao som de violas, tambores ou berimbaus, estivessem acontecendo.

Durante o século XIX, com o apoio do Governo imperial, companhias e edifícios de teatro foram inaugurados pelas cidades mais ricas do país. A vida cultural das classes abastadas era símbolo de civilidade. O contato com o exterior e a vinda de imigrantes europeus estimulou essa disseminação, assim como a criação de grêmios, ligas literárias e bandas musicais.

Em nenhuma outra cidade do interior havia um edifício de teatro tão moderno. Conquista dos fazendeiros e políticos locais, os coronéis, que conseguiram apoio do Governo estadual para viabilizar a sua construção.

Ir ao teatro era ocasião especial mesmo para a alta burguesia, acostumada com eles em suas viagens para São Paulo, Rio de Janeiro e exterior. Mas para as mulheres era mais que especial. Era dia de saírem das suas casas e ostentarem o poder e a riqueza da família. Algumas delas foram fundamentais para a sobrevivência do teatro de São João, promovendo eventos que o mantiveram funcionando nas primeiras décadas. Pois além da baixa frequência, a companhia teatral responsável por ele acabou mergulhada em dívidas contraídas durante a construção, ficando sem condições de investir na vinda de grandes artistas e encenações.

Em 1937, foi vendido e transformado em cinema que, depois de fechado, ficou arrendado por muitos anos, sem manutenção. Ia ser demolido quando a Prefeitura o declarou de utilidade pública. Foi tombado, restaurado e reaberto em 2002.

Atualmente é a única casa de espetáculos de São João da Boa Vista. Tem uma programação cultural intensa, principalmente na área de teatro e música, e uma importante atuação no estímulo à cultura local.





1916 – SÃO CARLOS

ESCOLA NORMAL

Av. São Carlos, 2.190

Uso original – escola normal

Uso atual – Escola Estadual Doutor

Álvaro Guião

Projeto – Carlos Rosencratz

Execução – Raul Porto

Tombamento – Condephaat, 1985

Foto – Mauricio Simonetti, 2015

“Meus amigos de São Carlos, sabendo que sou fotógrafo, me diziam que eu precisava conhecer essa escola centenária, de arquitetura imponente, numa esquina na avenida principal da cidade. Um dia de julho, eu estava por lá e entrei na Escola Estadual Álvaro Guião. Foi uma delícia porque o prédio é lindo, tem portas de madeira importadas da Europa, um pátio arborizado, colunas, escadas de mármore, uma construção encantadora. Muitos dos meus amigos estudaram lá e essa deve ter sido uma experiência inesquecível.”

Mauricio Simonetti

No final do século XIX, segmentos liberais e republicanos da intelectualidade brasileira defendiam a reorganização do sistema de ensino público, considerada indispensável para a modernização e construção de uma sociedade moderna e burguesa, baseada no progresso, ordem, razão e trabalho. A formação dos professores, através da criação de escolas normais, fazia parte deste projeto.

A região de São Carlos já produzia e comercializava café há mais de meio século e vivia um período de intensa urbanização quando a escola normal foi inaugurada. Em algumas cidades, o luxo arquitetônico, aos moldes do que acontecia na capital, São Paulo, fazia parte do cenário onde vivia e circulava a influente elite cafeeira. A escola normal surgiu para atender a demanda educacional desta oligarquia, voltada para a formação de seus sucessores e de suas futuras esposas. Criada

em 1911, foi a terceira deste tipo construída no âmbito do amplo projeto educacional implantado na Primeira República.

Em 1916 foi transferida para este prédio, edificado especialmente para recebê-la. A arquitetura de estilo eclético era suntuosa, incorporando materiais e técnicas importadas: piso de cerâmica francesa, lustres de cristal, mármore italiano e mobiliário inglês e austríaco. Laboratórios de física e química, sala de história natural e de desenho e um gabinete de psicologia experimental continham os mais modernos equipamentos pedagógicos, todos também importados da Europa. A biblioteca contava com um acervo de obras raras, algumas datadas do final do século XVI.

Sua instalação em São Carlos reflete a influência dos políticos locais e sua história fala das lutas travadas pelas localidades para sediar as escolas normais, as escolas profissionais e os grupos escolares estaduais. Traz à tona o conjunto de ideários que permeou a educação durante a República Velha no Brasil e representa o poder da elite cafeeira local.

Os mais de cem anos da instituição, no entanto, deixaram outras marcas da história econômica, arquitetônica e, diretamente, da história da educação local e regional. Seu patrimônio também é importante fonte de pesquisa para a história das mulheres, ainda pouco estudada no Brasil.

Cravado no centro da cidade, o edifício ainda se sobressai. Uma imponente escada dá acesso à porta de entrada. É invisível para muitas pessoas, mas em outras provoca estranhamento e curiosidade, dando asas à imaginação.





1917 – SÃO PAULO – BELENZINHO

VILA MARIA ZÉLIA

Escola das Meninas

Rua dos Prazeres com a Rua Cachoeira

Projeto – Paul Pedarrieux

Uso original – vila operária

Uso atual – residências, espaço cultural

Tombamento – Condephaat, 1993

Foto – Luludi Melo, 2017

“Assim que cheguei o zelador me conduziu por ruas cheias de memórias, destrancando as portas dos antigos casarões. Nas ruínas da Escola das Meninas fiquei fascinada com a luz entrando pela vegetação e apontei minha câmera para todos os lados.”

Luludi Melo

A Vila Maria Zélia foi construída em 1917 pelo médico industrial carioca Jorge Street, quando adquiriu a Fábrica de Juta Santana em São Paulo. Em vista das precárias condições em que viviam os operários paulistas, o empresário implantou um conceito inovador em moradia para trabalhadores fabris: além de duzentas confortáveis casas, recebeu escola, farmácia, hospital, comércio de alimento, campo para jogos e associação recreativa. Para ser aceito como morador, no entanto, devia-se cumprir um regulamento rígido, cuja transgressão acarretava em multas e outras penalidades. Ser católico, não fazer barulho após as nove da noite, não realizar brincadeiras infantis nas ruas ou consumir bebidas alcoólicas sem permissão eram algumas das normativas. Os serviços médicos e educacionais eram gratuitos, o que facilitava o controle sobre as mães e os doentes, e as compras nos armazéns eram descontadas diretamente no salário, o que muitas vezes fazia sobrar muito pouco no fim do mês.

Com o correr de tantos anos a fábrica mudou de mãos e de ramo, a Vila perdeu algumas residências e se separou da atividade industrial. As casas acabaram sendo

vendidas para particulares e os equipamentos médicos e culturais ficaram com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), como pagamento de dívidas.

Foi redescoberta pelos paulistanos na década de 1970. No artigo publicado na Folha de S. Paulo, “Maria Zélia, uma vila que ignorou a cidade”, o repórter questionava o mistério do casario que parecia intacto. Dois anos depois foi a vez do jornalista Itaboraí Martins, em matéria do jornal O Estado de S. Paulo: “Na Rua dos Prazeres principalmente se sente saudades de certas ruas de Ouro Preto, Salvador, Paris, Roma ou Lisboa. Ali, por detrás da grande fábrica da Goodyear, há seis ruas e quatro travessas, todas sem nome. Casinhas baixas ou bangalôs atraentes, são cento e oitenta residências. Quem chega tem a impressão de não estar em São Paulo, ou de haver recuado muitos anos na história”.

O conjunto só foi tombado em 1993, após muitas negociações com os proprietários. Depois de vinte anos, no entanto, as casas haviam perdido suas características originais e os outros imóveis estavam em processo de deterioração.

Aos poucos, mesmo malconservados, estes espaços foram sendo ocupados com atividades culturais e políticas, que visam a sua revitalização. Este ano, que a Vila completa seu centenário, foi dado pela Justiça Federal um prazo para o INSS apresentar o projeto completo da restauração dos imóveis de sua propriedade. As demais edificações também são objeto de processo movido em face do Estado e da Prefeitura do município.





1920 – SÃO PAULO
ÁGUA BRANCA

INDÚSTRIAS REUNIDAS FRANCISCO MATARAZZO

Casa das Caldeiras
Avenida Francisco
Matarazzo, 1.096
Água Branca
Uso original – parque
industrial

Uso atual – Associação
Cultural Casa das Caldeiras
Tombamento – Condephaat
e Iphan, 1986

Foto – Márcia Zoet, 2017

“Quando entrei no prédio da Casa das Caldeiras fiquei maravilhada com os túneis-galerias ali existentes. Meu encantamento e surpresa foram tão grandes que fiquei da manhã até o fim da tarde fotografando as três galerias que levam às chaminés. Perdi a noção do tempo porque nesse lugar você não vê a luz do dia. Mas não me importava e tinha certeza que a foto que eu editaria seria uma destas da série do túnel. Mesmo assim queria fotografar as chaminés. Quando saí do prédio era quase noite e estava anunciando uma grande tempestade. Assim mesmo armei o tripé, escolhi um ângulo e cliquei rápido, porque a chuva veio com violência. Apesar da minha certeza inicial, gostei mais da foto com as três chaminés.”

Márcia Zoet

As chaminés das caldeiras que geravam energia para as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, com seus mais de trinta metros de altura, ainda hoje se destacam no céu do bairro da Água Branca na cidade de São Paulo. A casa das caldeiras e a casa do eletricitista são as únicas construções remanescentes do maior parque industrial brasileiro da primeira metade do século XX. Desde sua chegada ao Brasil em 1881, o

italiano Francisco Matarazzo se envolveu com comércio, atividades bancárias e agências de transporte e importação e exportação de mercadorias. Em 1900 criou sua primeira fábrica, o Moinho Matarazzo, financiada pelo British Bank of South America. No ano seguinte, implantou as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo que, após um processo de expansão e diversificação, inaugurou em 1920 o complexo industrial do bairro da Água Branca.

Jornais das primeiras décadas do século XX mostram a riqueza acumulada pela empresa e o poder de Francisco Matarazzo. Outros noticiam as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os operários. O militar e revolucionário João Cabanas, em um exaltado artigo publicado no jornal operário O Combate, em 14 de março de 1929, declarou: “Matarazzo, Gamba, Crespi, toda essa quadrilha que possui o monopólio e o ‘trust’ dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, dos tecidos e das bebidas nacionais e até estrangeiros, estão fazendo do Brasil o que bem entendem e com uma petulância irritante, auxiliados pelos respectivos consulados e embaixadas”. Por outro lado, quando Francisco Matarazzo morreu, em fevereiro de 1937, o jornal Correio

Paulistano destacou: “Possuía uma acentuada compreensão daquilo que constitui a solidariedade social. Nessas condições, sempre que uma iniciativa do poder público tocava nos seus interesses, o Senhor Conde Matarazzo revelava, invariavelmente, uma atitude de acentuado desprendimento e abnegação. Por isto mesmo, desde muitos anos o povo paulista habituou-se a admirá-lo, cercando seu nome de enorme simpatia”.

O parque industrial prosperou sob a liderança de seu filho até o final dos anos 1950. Após este período passou por um longo processo de decadência que terminou em 1986, quando as Indústrias Matarazzo de Óleos e Derivados, última unidade ativa no terreno, foi transferida para o interior do estado. No mesmo ano, o complexo foi colocado abaixo. Apenas as casas das caldeiras, com as suas vistosas chaminés, e a do eletricitista foram poupadas das demolições.

Uma intensa negociação entre os proprietários e órgãos de proteção do patrimônio histórico resultou no tombamento destas edificações. Entre 1998 e 1999 foram restauradas e revitalizadas. Com a criação da Associação Cultural Casa das Caldeiras, as edificações passaram a participar ativamente da vida cultural da cidade.





1921 – ARAÇATUBA

DEPÓSITO DE LOCOMOTIVAS

Companhia Ferroviária Noroeste do Brasil

Avenida dos Araças, s/nº

Uso original – depósito de locomotivas

Uso atual – centro cultural ferroviário –
interditado

Tombamento – Condephaat, 2012

Foto – Angelo Cardoso, 2017

“Um fator que vem ocorrendo em várias cidades do Brasil é a destruição do patrimônio. Muitos municípios não preservam suas memórias históricas. Para a gente não perder isso, pelo menos fica registrado em fotografias. É uma forma dos mais antigos se reconhecerem no presente e o presente não esquecer o passado. Não utilizei técnica nenhuma. Apenas vi a cena e registrei. Para dar um ar mais bucólico, esperei pela revoada dos pombos, que são frequentes naquela região.”

Angelo Cardoso

“Café com pão / Café com pão / Café com pão /
Virge Maria que foi isso maquinista? / Agora sim /
Café com pão / Agora sim / Voa, fumaça / Corre,
cerca / Ai seu foguista / Bota fogo / Na fomalha /
Que eu preciso / Muita força / Muita força /Muita
força (...)”

Trem de Ferro, 1936 – Manuel Bandeira

Com exceção de pequenos povoados, o território do Noroeste do estado de São Paulo era, até o final do século XIX, formado pela floresta virgem e habitado por indígenas da tribo dos Caingangues. Foi a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que mudou este cenário e promoveu sua colonização. Nessa região os trilhos chegaram antes dos latifúndios. Novas e vastas extensões de mata

foram substituídas por grandes plantações. Povos indígenas foram dizimados junto com seus costumes e conhecimentos. Pequenos aldeamentos se tornaram em poucas décadas cidades modernas. Proliferaram estabelecimentos industriais. Surgiram novas e novas oportunidades de trabalho. A ferrovia tornou possível a integração do Noroeste do estado (e do Brasil) ao território e economia nacional.

A localização do complexo ferroviário de Araçatuba, inaugurado em 1908, era privilegiada: a última parada dos trens antes de Mato Grosso. Até os anos 1920 suas construções originais, como todas desta estrada, eram muito simples: barracões feitos com madeiras extraídas das matas abertas pela ferrovia. Nesta época a Companhia foi encampada pelo Governo federal e quase que totalmente reconstruída. O complexo de Araçatuba também participou desta remodelação que entre outras obras substituiu os antigos barracões de madeira por sólidas edificações em alvenaria. O depósito de locomotivas fez parte destas novas instalações.

Com a desativação do sistema ferroviário, o complexo de Araçatuba também ficou em estado de abandono. Foi tombado em 1992 e, em seguida, transformado em museu ferroviário.

Em 2016, a Prefeitura da cidade em parceria com a sociedade civil deu início a um projeto para sua restauração. Atualmente está interditado.



NCP

DEPOSITO DE LOCOMOTIVA

NCP



1921 – BAURU

HOTEL CARIANI

Praça Machado de Mello, 2 – Centro

Uso original – hotel

Uso atual – desativado

Tombamento – Codepac (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru), 22/10/2001

Foto – Denise Guimarães, 2017

“Quando fui fotografar este hotel, ele estava fechado e no entorno havia muitos mendigos, que dormiam do outro lado da rua. O paradoxo de fotografar um hotel, que foi construído para abrigar pessoas, enquanto pessoas dormem nas calçadas bem em frente, me levou a uma reflexão sobre as lacunas sociais que existem em nosso país.”

Denise Guimarães

“(…) Rua Batista de Carvalho! / O sol da manhã incendia ferozmente / a gasolina que existe na alma dos homens. / Febre... Negócios... Cartórios, Fazendas... Café... / Mil forasteiros chegaram com os trens da manhã, / e vão, de passagem, tocados da pressa, / para o El-Dorado real da zona noroeste! (...)” – Bauru, *Rodrigues de Abreu* (Capivari, 1897 – Bauru, 1927)

O centro de Bauru, cidade que se desenvolveu em torno do entroncamento das estradas de ferro Sorocabana, Noroeste do Brasil e Companhia Paulista, recebeu nas duas primeiras décadas do século XX melhoramentos urbanos para atender aos ferroviários e à população em constante crescimento. Depois da eletricidade, saneamento básico e telefone, foram criados estabelecimentos de serviços, entre eles escolas, clubes, hospitais, armazéns, oficinas e hotéis.

O Cariani foi o terceiro e, durante cerca de duas décadas, o melhor hotel da cidade. Seu fundador foi o italiano Caetano Cariani, que chegou ao Brasil no final do século XIX, trabalhou com comércio de produtos importados e na década de 1920 se estabeleceu no setor hoteleiro. Nas bordas da ferrovia Noroeste do Brasil construiu em Bauru um edifício de arquitetura eclética, seguindo o estilo dos hotéis mais modernos do Rio de Janeiro e São Paulo. Com três imponentes fachadas localizadas em frente à praça e à estação, atraía caixeiros-viajantes, artistas, jornalistas, políticos e outros viajantes por seu serviço sofisticado e acomodações de ótima qualidade. Alguns ficavam morando por meses, até encontrar um trabalho e um lugar definitivo para viver. Outros se hospedavam por alguns dias, por motivos de negócios ou eventos sociais, que muitas vezes aconteciam no restaurante do próprio hotel. No Cariani era frequente a realização de reuniões políticas e culturais, desde pequenos jantares a banquetes para até setenta convidados. Notícias da sociedade local em revistas e jornais da capital muitas vezes partiam destas reuniões e redundavam em prestígio social para os envolvidos.

O Hotel Cariani está até hoje ao lado da antiga estação de trens. Desativado, corre o risco de se perder.





1924 – FRANCA

ESCOLA PROFISSIONAL DOUTOR JÚLIO CARDOSO

Rua General Carneiro, 1.675

Uso original – escola profissional

Uso atual – Escola Técnica Estadual

Dr. Júlio Cardoso

Tombamento – Condephaat, 1996

Foto – João Prudente / Pulsar Imagens,
2015

“Em minhas viagens pelas cidades do Brasil, procuro retratar prédios históricos, em especial escolas. A Escola Doutor Júlio Cardoso chamou a minha atenção, não somente pela arquitetura, mas principalmente pelo rico acervo histórico. Isso contribui para que pesquisas acadêmicas sejam realizadas pela população e outros interessados em resgatar a memória da cidade, e conseqüentemente, do nosso país.”

João Prudente

Sóbria e de linhas retas, a Escola Profissional Júlio Cardoso tem muita história para contar. A começar pela sua arquitetura, que nos remete à disciplina exigida nas escolas de ensino tradicional e nos inspira a caminhar pelos seus mais de noventa anos de existência.

Construída em 1924 na cidade de Franca, foi a quarta escola profissional do estado, instalada na cidade também pela força e influência dos políticos locais na capital.

Nos primeiros anos se matricularam filhos de lavradores e comerciantes da região, uma população pobre que sonhava em sair da zona rural. Potenciais lavradores eram formados para atuar como operários na indústria local. Destas pessoas, cujas histórias são majoritariamente esquecidas, esta escola nos faz lembrar. Fala também do trabalho e educação das mulheres do povo, que foram admitidas a partir de 1928, passando a frequentar cursos destinados especialmente ao público feminino. Foi a terceira cidade do estado, depois da capital e de Campinas, cuja escola profissionalizante as incluiu em sua clientela.

Desde os primeiros tempos ficou conhecida como Industrial, apelido que carrega até hoje. Sua fama se alastrou. Durante um período funcionou como internato, e passou a receber alunos de lugares mais distantes. Com a grande demanda por mão de obra especializada para as indústrias que se propagaram por São Paulo, durante algumas décadas, ter estudado na escola profissional era passe

certo para um futuro seguro, isto é, emprego nas melhores empresas do país.

A escola também ajuda a recordar a história da localidade, seu desenvolvimento urbano e a vida e formação da mentalidade dos moradores. Fala também da maioria, daqueles que não fizeram parte do seletivo e restrito grupo de estudantes que tiveram a oportunidade de fazer o curso profissionalizante.

A instituição participou da formação do sistema nacional de ensino e de suas transformações; e das modificações nos costumes, desejos, objetivos e interesses da comunidade. Esteve nas disputas, conflitos e mudanças nos campos da pedagogia e política durante todos esses anos. É vestígio. Faz lembrar.



ESCOLA PROFISSIONAL

DR. JULIO CARDOSO

1675



1924 – SÃO PAULO
VILA GUILHERME

GRUPO ESCOLAR DA VILA GUILHERME

Praça Oscar da Silva, 110
Vila Guilherme

Uso original – grupo escolar
Uso atual – Casa de Cultura
Municipal Vila Guilherme
Tombamento – Conpresp,
2013

Foto – Mônica Zarattini,
2017

“O pátio interno da Casa de Cultura Vila Guilherme, com a estrutura de ferro e vidro no telhado, reporta o visitante ao aconchego de uma antiga casa. Fiquei bem impactada com ele e imaginei o quanto aquele espaço seria privilegiado para vivências. E ainda por cima, os dois andares são invadidos pela luz natural, o que, com certeza, ajudou no bom resultado da fotografia.”

Mônica Zarattini

Olhar para a Vila Guilherme é se voltar para um lado da cidade de São Paulo geralmente invisível quando contam sua história. O Casarão, como hoje é conhecido o antigo Grupo Escolar de Vila Guilherme, chama a atenção para ele e para a diversidade que compõe esta metrópole.

Durante séculos a região situada do lado de lá do rio Tietê foi predominantemente rural. Começou a se urbanizar depois dos anos 1950, com a construção das rodovias Dutra e Fernão Dias. Até então era ocupada por chácaras e tinha um aspecto interiorano, oposto ao que acontecia no centro da cidade e arredores.

O loteamento das terras se iniciou em 1912, quando a grande propriedade pertencente à Baronesa Joaquina Ramalho foi vendida para o empreendedor do Rio de Janeiro Guilherme Praun da Silva. Comercializando as chácaras a preços reduzidos, ele atraiu novos moradores, principalmente imigrantes portugueses recém-chegados ao Brasil.

A eletricidade chegou timidamente ainda na primeira década do século, depois vieram serviços e equipamentos urbanos e entre eles, em 1924, este grupo escolar. Na época, as casas na região eram poucas e esparsas e as ruas ainda eram de terra. O prédio, em estilo eclético, se destacava pelo seu tamanho, ornatos, escadaria frontal e materiais construtivos.

O edifício fez parte da primeira configuração urbana daquela área e permanece ali até hoje. Funcionou como escola estadual até os anos 1970, quando passou para o Governo municipal e tornou-se sede da administração regional da Vila Maria / Vila Guilherme, que o ocupou até 2004. Já um pouco deteriorado e descaracterizado em sua arquitetura, ficou durante dez anos sem função.

Mas não foi à toa que sobreviveu. Certamente a sua materialidade, a sua existência numa zona periférica da cidade, influenciou no processo que veio a acontecer. A comunidade se empenhou pela sua revitalização e em 2013 conseguiu que fosse tombado pelo município. Ocupações artísticas, com apresentações e oficinas de dança, teatro, música, capoeira, skate, entre outras atividades, o mantiveram aberto.

Esta mobilização foi fundamental para que o Governo municipal iniciasse uma obra de readequação e requalificação do espaço que, depois de pronto em 2016, passou a integrar a Secretaria Municipal de Cultura como Casa de Cultura Vila Guilherme.





1926 – ASSIS

CATEDRAL

Praça Dom Pedro, s/nº

Uso – igreja católica

Foto – Mauricio Simonetti, 2014

“Era um fim de tarde de verão e resolvi dar uma volta. Foi quando me deparei com a praça Dom Pedro, no centrão, onde fica a Catedral de Assis. Sempre me interessei pela luz formada pela mistura do pôr do sol com a iluminação pública e quando vi a igreja, um dos símbolos de Assis, aproveitei o momento especial para fotografá-la. Era hora do rush, mas havia total calma e sossego naquele instante.”

Mauricio Simonetti

Como na maioria das cidades brasileiras o povoamento de Assis se iniciou em torno de uma igreja católica: uma capela de pau a pique coberta por sapé. Neste mesmo local, lembrando a fundação da cidade, está erguida a catedral.

A região, situada a oeste do estado de São Paulo entre os rios Paraná, Paranapanema, Peixe e Pardo, até o início do século XX ainda era predominantemente ocupada por florestas e habitada por indígenas.

Até 1915, com a chegada do primeiro pároco, as missas eram raras. Os índios embrenhados pelas florestas mantinham suas tradições religiosas e a ausência do padre para os descendentes de europeus era substituída por devoções populares, que misturavam à religião católica mitos, ritos e crenças africanas e indígenas. A Folia de Reis de Assis é uma manifestação deste catolicismo popular que tem sua origem neste período.

A Estrada de Ferro Sorocabana chegou em 1914,

abrindo caminho para o café e dizimando o que ainda restava dos povos nativos e sua cultura. O povoado ganhou importância, tornando-se um ponto de convergência de toda a região e uma base para a entrada por terra no estado do Paraná.

Os trilhos trouxeram a modernidade, a dinamização da economia e novos católicos. A capela de madeira que havia substituído a primeira construção de pau a pique já não representava nem comportava esta comunidade em constante crescimento. Para atender a estas novas necessidades, a paróquia deu início às obras de uma igreja maior, mais sólida e imponente. Os primeiros recursos para sua construção foram doações em dinheiro de paroquianos mais abastados e rendimentos da própria igreja, provenientes do aforamento de suas terras, por onde a cidade se expandia.

Logo depois da inauguração, em 1926, a paróquia foi elevada à categoria de sede de diocese e novos elementos foram incorporados à edificação, que só ficou totalmente pronta em 1938.

A Catedral de Assis é o símbolo máximo da Igreja católica na região. Edificações imponentes como são as catedrais guardam, entre tantos outros, vestígios da história da cidade onde estão construídas, da história da Igreja e da religião católica e também das diferentes expressões religiosas que não representam, mas fazem lembrar.





1929 – PRESIDENTE PRUDENTE

MATADOURO MUNICIPAL

Rua Dr. João Gonçalves Foz,

2.179 - Jardim das Rosas

Uso original – matadouro municipal

Uso atual – Museu e Arquivo

Histórico Prefeito Antônio

Sandoval Netto

Foto – Delfim Martins / Pulsar

Imagens, 2010

“Viajo bastante para fazer trabalhos corporativos e sempre procuro aproveitar e retratar a arquitetura dos lugares aonde vou. Em Presidente Prudente registrei este museu, pois além de ser uma instituição que guarda documentos e objetos, que falam do passado da cidade, está instalado em um belo edifício histórico.”

Delfim Martins

“Um matadouro não é somente o local onde é efetivada a operação de transformar um animal vivo em carne para consumo, mas também um local que proporciona potenciais estudos relacionados às mudanças econômicas e geográficas na produção de alimentos e dos espaços habitados, dos elementos culturais sobre as práticas que envolvem a morte, das mudanças socioculturais em comunidades e cidades, das transformações na sensibilidade e nas relações entre humanos e outros animais (especialmente aqueles ditos comestíveis).” (ROCHA, 2016)

Localizada no extremo Oeste paulista e a quinhentos e cinquenta quilômetros da capital, região da Alta Sorocabana, Presidente Prudente foi fundada em 1917 da união de dois núcleos de povoamento cortados pela estrada de ferro. Nessas terras ocupadas até então por povos indígenas havia, além das densas florestas, onças, capivaras, antas, veados, macacos-pregos, tucanos, araras e outros animais que foram sendo caçados até desaparecerem quase que totalmente.

A cidade cresceu impulsionada pela ação da Companhia Marcondes de Colonização e, em quinze anos já adquirira um importante nível de

autonomia econômica, política e administrativa, favorecida pela sua situação geográfica, conectando os estados de São Paulo, Paraná e atual Mato Grosso do Sul.

O matadouro foi construído em 1929, na então região periférica da cidade, pelo médico nordestino Romeu Leão Cavalcanti, vencedor de uma concorrência pública. Depois de oito anos foi encampado pelo município. Sua criação foi consequência da política promovida pelo Governo estadual para prevenção de doenças e contaminações provocadas pela falta de higiene no comércio da carne, pois até então o abate dos animais era realizado ao ar livre e o transporte era feito em carroças e caminhões descobertos, que as deixavam expostas a poeira e insetos.

Sua arquitetura não se diferenciava muito dos matadouros edificadas em outras cidades no âmbito desta política. De características ecléticas, apesar de pouca ornamentação, com amplas aberturas na fachada e pé-direito duplo proporcionando iluminação e ventilação natural, foi inspirada no edifício do matadouro municipal de Piracicaba.

Não há informações ao certo até quando funcionou, mas sabe-se que em 1977, após anos de abandono, foi concedido pelo município à Fundação Museu Municipal para funcionar como sede da instituição.

De lá para cá, tanto o prédio como o acervo passaram por muitas mudanças, mas sempre mantendo a função museológica de adquirir, conservar, investigar, difundir e expor os testemunhos materiais da história de Presidente Prudente.



“Em 2009, fotografei o Edifício Martinelli para um projeto autoral sobre ícones da cidade de São Paulo. Já tinha passado inúmeras vezes pelo prédio, ido até o terraço, mas nunca tinha parado para retratá-lo. Fiquei um tempo pensando como fazer esta foto. Optei por enquadrar o relógio em primeiro plano. Não sei se a peça é da mesma época da construção do edifício, mas dava a sensação de que o tempo para e anda ao mesmo tempo.”

Márcia Zoet

O edifício cor-de-rosa subiu gradualmente, ano a ano, ultrapassando o décimo quarto pavimento do projeto original até alcançar o trigésimo andar. Dizem que vizinhos pensaram em se mudar e que passantes se esquivavam, com medo de que a construção que cortava o céu da cidade despencasse em suas cabeças. Provocou polêmicas nos jornais da cidade, com temas que variavam entre debates sobre o futuro da verticalização até críticas ao seu estilo.

Um trecho da matéria “O maior prédio de cimento armado que o mundo conhece”, publicada na Revista Cruzeiro em 11 de maio de 1929, assim o descreve: “(...) com luxuosa capacidade para dez mil pessoas (mais do que centenas de cidades brasileiras), com todos os elementos necessários à vida confortável de um homem moderno, que ali poderá viver sem pôr o pé na rua e, contudo, sem se privar de coisa alguma, que tudo lá dentro mesmo encontrará: bazares, casas de moda, alfaiates, restaurantes, correio, telégrafo, cinema, teatro, dancings, diversões outras, clubs, etc.”.

Quando ficou pronto, podia ser visto dos quatro cantos da cidade. Destacava-se das mais de duas dezenas de prédios do Centro, construções com nove a catorze andares, erguidas após o vertiginoso crescimento urbano e especulação imobiliária das primeiras décadas do século XX.

Seu construtor foi o italiano Giuseppe Martinelli, que teve no


edifício a coroação e a demonstração de seu extraordinário enriquecimento. Na cobertura construiu um palacete para morar com a família, para onde convidava ilustres visitantes a conhecer a cidade do alto.

Até os anos 1950 abrigou residências, escritórios e estabelecimentos comerciais, como o Hotel São Bento e o cine Rosário, pontos de encontro da alta sociedade paulistana. Os salões Mourisco, Rosa e Verde, onde estava instalada a famosa Brasserie Paulista, foram espaços para banquetes, festas dançantes, conferências e reuniões políticas e artísticas.

Escritórios de sindicatos, escolas de línguas, partidos políticos, órgãos municipais, clubes e associações culturais, entre outros, ocuparam seus apartamentos. Aos poucos foi caindo em decadência e na década de 1970 ficou totalmente deteriorado. Bares, danceterias, igrejas, prostíbulos e cortiços foram instalados nos apartamentos, lojas e corredores – era notícia diária nas crônicas policiais.

A desapropriação realizada pelo Governo municipal, que com a ajuda do exército expulsou todos os moradores, ocorreu em 1975. Quatro anos depois o edifício estava reformado. Desde então, abriga departamentos do poder público municipal e estabelecimentos comerciais. Seu terraço ainda é um belo belvedere da cidade, que atrai muita gente.

Atualmente São Paulo é coberta por arranha-céus que escondem o céu, o sol, o relevo e o horizonte. O movimento dos sem-teto ocupa edifícios abandonados e a luta por moradia se fortalece. O Edifício Martinelli representa o início de ambos os processos: tanto o de verticalização da cidade quanto o de ocupação popular de imóveis vazios. Na sua época, simbolizava modernidade e progresso. Hoje pode até passar despercebido para os mais desatentos, mas está lá, representando toda esta história e trazendo vestígios de uma grande rede formada pelas pessoas, empresas, associações e eventos que passaram e até hoje passam por ele.



1929 – SÃO PAULO
CENTRO

EDIFÍCIO MARTINELLI

Rua São Bento, 405
Centro
Uso – condomínio misto
Projeto – Giuseppe
Martinelli
Construtor – William
Fillinger
Foto – Márcia Zoet,
2009





1930 – RIBEIRÃO PRETO

EDIFÍCIO MEIRA JÚNIOR

Rua General Osório, 389 – Centro
Arquiteto – Hyppolito Pujol Junior
Uso original – lojas e escritórios
Uso atual – Choperia Pinguim
Tombamento – Condephaat, 1993
Foto – Ed Viggiani / Pulsar Imagens, 2016

“O que leva um sujeito a levantar cedo em um domingo para ver um bar fechado? Esta é a curiosidade do fotógrafo. A procura do que não é óbvio, daquilo que só será visto se alguém tiver disposição e ansiedade para fazê-lo. O bar Pinguim é conhecido pela qualidade do chope e ambiente agradável, mas para manter a tradição muita coisa acontece antes da abertura do estabelecimento, o gelo chega cedo, os trabalhadores da limpeza e da cozinha também. As primeiras luzes da manhã contornam e dão volume a um pedaço aprazível da história.”

Ed Viggiani

“Por entre as belas que já se destacam do conjunto imponente que apresenta o aspecto geral da cidade, notam-se às vezes, aqui e ali, como manchas encardidas de cousas velhas e arcaicas, algumas casinhas a enfeiam o bello panorama. Não se poderia desmanchar essas velharias sujas para limpar a cidade, ao menos nas ruas centrais?”

Jornal Diário da Manhã, 06/06/1907.

Em Ribeirão Preto, assim como na maioria das cidades enriquecidas pelo café, desde o final do século XIX a alta burguesia se preocupava com o

embelezamento urbano, apoiada pelo discurso da higiene, beleza e disciplina. Assim, a arquitetura e o paisagismo da cidade deveriam representar seu progresso, modernidade e riqueza.

Altos investimentos foram feitos pelo poder público e pela iniciativa privada na edificação de imóveis que colaborassem para a construção desta imagem. Em 1930 a Cervejaria Paulista, poderoso empreendimento industrial que dava as cartas na economia ribeirão-pretana, financiou o projeto que coroou estas ações: o “Quarteirão Paulista”. Composto por dois edifícios novos, em estilo eclético, o Theatro Pedro II e o edifício Meira Júnior, e pelo Hotel Central, construção já existente que foi reformada e recebeu o nome de Palace Hotel, o “Quarteirão” foi edificado em frente à praça central, marco da fundação da cidade.

O edifício Meira Júnior foi projetado para compor este cenário de modernidade, com lojas e uma luxuosa confeitaria no pavimento térreo, aos moldes da Confeitaria Colombo do Rio de Janeiro, e suntuosos escritórios nos andares superiores.

No decorrer do século sofreu mudanças em seu uso e arquitetura. Em 1979, a Choperia Pinguim, que já existia há quarenta e três anos e era amplamente conhecida pela qualidade de seu chope, abriu uma filial no local, tornando-o novamente um importante ponto de efervescência cultural e sociabilidade, que se mantém até hoje.





1937 – MARÍLIA

GINÁSIO MUNICIPAL

Avenida Sampaio Vidal, 245 – Centro

Uso original – ginásio municipal

Uso atual – em obras

Foto – Delfim Martins / Pulsar Imagens, 2016

“Em cada cidade eu procuro fotografar o cotidiano, além de ícones e símbolos, construções históricas, parques e equipamentos de lazer e cultura etc. Por este motivo fotografei a Biblioteca de Marília que, além de um espaço de convivência e cultura, está instalada num prédio com características modernistas.”

Delfim Martins

Marília foi fundada em 1929, ano da crise da Bolsa de Nova York e período que deu início à decadência da economia cafeeira no Brasil. Aos poucos os antigos cafezais da região foram substituídos por plantações de algodão e as primeiras indústrias começaram a se estabelecer. Ao longo da década seguinte a cidade se tornou um importante polo industrial na região.

Este cenário, fortalecido pela presença ativa da linha férrea da Alta Paulista e por uma rede de rodovias em expansão, favoreceu os investimentos na construção civil. Grande parte das antigas casas de madeira que predominavam na região, fruto do desmatamento extensivo das décadas anteriores, foi substituída por prédios de alvenaria. O estilo art déco, que caracterizou o início do movimento moderno na arquitetura paulista, passou a prevalecer nas construções dos bairros centrais e foi nele que o arquiteto Miguel de Souza e Silva se inspirou para criar o projeto do ginásio municipal de Marília.

Durante décadas o imóvel sediou diversos estabelecimentos escolares: ginásio municipal,

ginásio estadual, Instituto de Educação Monsenhor Bicudo e ginásio industrial, acompanhando as transformações do ensino no estado de São Paulo. Quando perdeu esta função passou a ser ocupado por órgãos públicos ligados à cultura: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, museu paleontológico, biblioteca braile, galeria de artes, Delegacia Regional de Cultura do Estado de São Paulo, Infocentro, oficina de teatro e clube de cinema e biblioteca municipal.

Neste ano a Prefeitura Municipal de Marília estuda um projeto de revitalização do espaço, com a transferência da biblioteca municipal para um novo local e restauração do edifício para transformá-lo em um grande centro cultural, integrando-o ao teatro municipal e ao museu de paleontologia, existentes no local.

As inscrições gymnasium e biblioteca municipal hoje compartilham a fronteira, contando um pouco desta trajetória. O que não contarão o projeto arquitetônico e sua execução? As alterações realizadas na construção a cada mudança de função? Os arquivos de escolas, com fotos, boletins escolares, prontuários, matrículas, relatórios e tantos outros documentos? Os móveis e objetos que sobreviveram a tantas mudanças? As memórias dos alunos, pais e funcionários?

O edifício deixa na paisagem da região central uma marca que faz lembrar histórias ligadas à educação, arte e cultura da cidade. Histórias que podem embasar novos projetos e políticas voltadas a estas áreas, ainda tão deficitárias em nosso país.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

GYMNASIUM





1943 – SANTOS

POSTO 4

Avenida Vicente de Carvalho, s/nº

Uso original – posto de salvamento

Uso atual – posto de salvamento e Cine Arte

Rubens Ewald Filho

Tombamento – Condephaat, 2011

Foto – Márcia Zoet, 2017

“A ideia de fotografar o Posto 4, que fica na orla de Santos, não foi minha. Com tantas edificações emblemáticas na cidade estava confusa sobre o que escolher, quando uma amiga santista sugeriu que eu fotografasse um dos postos de salvamento. Era noite e comecei a clicar naquele momento, aproveitando a luz que destacava a construção. Resultado razoável. Voltei pela manhã no dia seguinte, bem cedinho e nada. Dia ensolarado, retornei ao mesmo lugar no fim da tarde. Queria destacar o posto, mas não isolá-lo do mar.”

Márcia Zoet

As primeiras construções à beira-mar de Santos surgiram em meados do século XIX. Eram luxuosos e esparsos casarões, propriedades particulares usadas inicialmente para repouso e banhos medicinais, e mais tarde para moradia de comerciantes ligados ao café.

Na segunda década do século XX esta situação já estava mudada. Luxuosos hotéis haviam se instalado na orla e, junto com os cassinos Monte Serrat, Miramar, Atlântico e Parque Balneário, transformado a cidade no maior ponto de diversões do estado. Além da elite cafeeira, grandes exportadores, comissários, corretores e industriais paulistas vinham para se divertir e gastar suas fortunas na roleta, bacará e em suntuosos almoços, jantares, bailes e comemorações.

A praia também ficou mais movimentada. Suas águas, que até então eram frequentadas

principalmente por pescadores, começaram a receber banhistas, que só a partir dos anos 1920 passaram a ter nos banhos de mar uma prática de lazer – até então eles eram feitos apenas como terapia, por recomendação médica. Clubes náuticos se proliferaram pela cidade, que passou a sediar importantes competições de esportes marítimos. Assim, o mar e a areia foram se integrando definitivamente na vida das pessoas das classes média e alta e o turismo passou a contar com mais este chamariz.

Viu-se então a necessidade de se preservar os terrenos próximos à areia, objeto de uma longa disputa entre particulares, que pretendiam seu aforamento, e o poder público municipal. O jardim da orla de Santos foi projetado principalmente com estas finalidades: embelezar a cidade, incrementar o turismo e manter a beira-mar como espaço público.

Os postos de salvamento foram instalados no jardim recém-inaugurado, em 1943. A cidade se tornou o primeiro balneário do estado e, com o correr dos anos, eles se transformaram em pontos de referência para moradores e turistas, que os usavam como local de encontro para banhos e passeios nos jardins.

O Posto 4, localizado no bairro do Gonzaga, o mais valorizado da cidade, foi o grande point durante as décadas de 1960 e 70. Desde 1991 abriga a sala de cinema Rubens Ewald Filho, mantida pela Secretaria Municipal de Cultura.

POSTO 4



GUARDA-VIDAS





1944 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

FÁBRICA SWIFT

Avenida Duque de Caxias, s/nº

Uso original – fábrica de óleo de caroço de algodão

Uso atual – Complexo Swift de Educação e Cultura

Tombamento – Condephaat, 2008

Foto – Pierre Duarte, 2017

“Em frente ao edifício mais fotografado da cidade foi instalado um totem institucional, que atrapalha o fotógrafo. Recentemente também foi cercado por grades, impedindo a livre documentação do patrimônio histórico. Não seria melhor que os responsáveis regulamentassem seu uso e investissem na fiscalização?”

Pierre Duarte

Se algum antigo morador de São José do Rio Preto sentir o perfume característico da extração de óleo de algodão em outras paragens, provavelmente, vai se lembrar de seu passado. O perfume faz aflorar imagens e sentimentos passados, assim como o edifício guarda e traz lembranças pessoais e simboliza, para a comunidade, a história local. A fábrica da Swift, edificada com tijolos vermelhos e estruturas metálicas conforme usado na arquitetura industrial inglesa do período, marca a paisagem urbana desde 1944, data do início de suas atividades. Naquela época a economia de São José do Rio Preto, sustentada pela cultura do algodão e comércio, não acompanhava o grande surto industrial que se irradiava da cidade de São Paulo para o interior. Buscando esta integração, desde as primeiras décadas do século XX, o Governo municipal promoveu políticas públicas e ofertou incentivos fiscais, mas só com a instalação desta fábrica, vencedora de uma licitação em 1937, que efetivamente se iniciou o surto da industrialização. Depois dela vieram a Sanbra, a Reunidas Matarazzo e outras, que juntas tornaram

a cidade um ponto de concentração econômica no estado.

A vida dos moradores mudou com estas novas perspectivas de trabalho, agora protegidos pela edição da CLT, o conjunto de normas trabalhistas promulgado em 1943 que consolidava as leis criadas desde o início do governo do presidente Getúlio Vargas para assegurar direitos ao trabalhador: salário mínimo, carteira de trabalho, jornada diária de oito horas, férias anuais remuneradas, previdência social, descanso semanal e regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

Em 1969 a fábrica foi desativada e passou a funcionar como depósito e armazém, o que atraiu o interesse do ramo imobiliário para a construção de edifícios residenciais no local. Correndo o risco de perder um símbolo da cidade e os sentimentos e histórias suspensas ao seu redor, a população se motivou. Iniciou um movimento buscando sua preservação, que culminou em 1980 com a sua aquisição pela Prefeitura, com o objetivo de torná-la um espaço cultural e de lazer.

Depois disso serviu como universidade e palco de feiras e eventos culturais até ser, em 2008, tombada pelo Condephaat. Outros quatro anos se passaram até a inauguração no espaço do Teatro Municipal Paulo Moura, um empreendimento ousado e de grande porte, com capacidade para novecentas, cinquenta e quatro pessoas, que até hoje funciona no local, movimentando a vida cultural de Rio Preto.





1945 – BARRETOS

RECINTO DE EXPOSIÇÕES PAULO LIMA CORREA

Rua Trinta e Quatro, s/nº, bairro Exposição
Projeto – engenheiro Gumercindo de
Oliveira Penteadado

Uso original – recinto de exposições
agropecuárias

Uso atual – desativado

Tombamento – Condephaat,
11/05/2010

Foto – Pierre Duarte, 2017

“O lugar onde ocorreu a primeira Festa do Peão de Barretos parece esquecido, o imponente portal tem muita sujeira nas proximidades e no interior o mato cresce. Cheguei ao local num fim de tarde com luz tênue dado o adiantado da hora. Pensei em voltar no dia seguinte, mas não sem antes tentar fotografar com a contraluz na edificação. A luz contra ressaltou o portal dando contorno a elementos-chave na foto: o enorme muro, a calçada em primeiro plano e as árvores próximas.”

Pierre Duarte

Localizado na cidade de Barretos, este pórtico de estilo neocolonial inaugurado em 1945 ainda provoca lembranças. Afinal, foi porta de entrada para milhares de pessoas e movimentava a vida do local. Por ele passavam pecuaristas em busca de negócios e boiadeiros que transportavam o gado de outras localidades do estado, de Minas Gerais e do Mato Grosso em direção aos frigoríficos da cidade. O pórtico dava acesso ao Recinto de Exposições Agropecuárias Paulo Lima Correa, criado pelo Governo do estado de São Paulo para realização de leilões e comercialização de gado, pequenos animais e seus derivados.

Nesses tempos, a principal diversão da população eram reuniões com muita comida, onde amigos, familiares, vizinhos e viajantes dançavam ao som de violas e sanfonas. Ao entardecer dos dias nas longas viagens, os peões de boiadeiros também se entretinham realizando competições de montaria com os cavalos usados para tocar a boiada. Inspirada nestas práticas e no sucesso comercial dos grandes rodeios norte-americanos, em 1956 uma associação de jovens ligados à pecuária local, o Clube dos Independentes, escolheu o lugar para ser palco da primeira Festa do Peão de Boiadeiro do Brasil. O evento, que acontece até hoje, já promovia o rodeio em meio a apresentações de danças e músicas folclóricas, concursos de

pau-de-sebo e queima do alho (culinária típica) e desfiles com carros de boi, atraindo mais visitantes e moradores a cada edição.

O monumento suscita lembranças em quem viu a Festa do Peão de Boiadeiro crescer e ser transferida, em 1984, para o Parque do Peão de Barretos, nos arredores da cidade, onde se firmou como um megaevento internacional.

A resolução de tombamento do Condephaat justifica assim a importância do recinto de exposições para a história e arquitetura do estado: “Por simbolizar a atividade econômica pecuária, representar a política pública moderna de incentivo à atividade agropecuária ao tempo do Estado Novo, ter sido aglutinador de práticas culturais relevantes para o estado e o país e ser ilustrativo do partido arquitetônico neocolonial”.

Visando sua reutilização como um centro de excelência de hipismo, as obras de restauração e a reforma começaram em 2013 e ainda não foram concluídas.





1951 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

RESIDÊNCIA DE OLIVO GOMES E PARQUE AJARDINADO

Avenida Sebastião Gualberto, 545, Parque da Cidade

Arquiteto – Rino Levi / Paisagismo Burle Marx

Uso original – residência

Uso atual – Patrimônio arquitetônico de São José dos Campos

Tombamento – Condephaat, 2013

Foto – Lucas Lacaz Ruiz / Pulsar Imagens, 2016

“Ainda na pré-adolescência conheci a residência de Olivo Gomes. Fiquei fascinado, certamente aquele momento pode ter contribuído e muito para minha formação. Na sala principal vi uma montanha de fotografias em preto e branco de médio formato, que me fez pensar em outros mundos. Retomei o contato com a casa quando participei do livro *Arquitetura Moderna de São José dos Campos* e tive contato com as belas imagens produzidas na época pelo fotógrafo Hans Gunter Flieg. Sempre vou até lá e procuro fazer uma nova foto. Jamais consegui expressar algo que chegasse ao glamour das imagens de Flieg, mas faço meus registros, faço a minha história.”

Lucas Lacaz Ruiz

“Abaixo as decorações absurdas e viva a construção lógica, eis a divisa que deve ser adotada pelo arquiteto moderno.”

Manifesto: Acerca da Arquitetura Moderna / Gregori Warchavchik, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1925

O Parque Municipal Roberto Burle Marx com seus mais de novecentos e sessenta mil metros quadrados atrai diariamente turistas e moradores de São José dos Campos para atividades de lazer e culturais. Entre elas, a experiência de adentrar em uma autêntica casa modernista.

O imóvel, conhecido como residência de Olivo Gomes, assim como uma usina de leite e um galpão no terreno, faz parte da antiga Fazenda da Tecelagem Parahyba. Fundada em 1925, a tecelagem foi um dos marcos da industrialização da cidade, tendo funcionado por quase setenta anos. Os edifícios e toda a área do parque foram entregues à municipalidade em 1993, após o fechamento da empresa para pagamento de dívidas com impostos.

Em 1951, quando esta casa foi construída, a Tecelagem Parahyba pertencia a Olivo Gomes, um corretor da bolsa de valores que em 1933 havia se tornado seu principal acionista e presidente. Na década seguinte a marca dominou o mercado interno e, favorecida pela Segunda Guerra Mundial, passou a trabalhar com exportação, gerando altas margens de lucro. Foi neste período que o industrial contratou dois profissionais modernistas famosos e conceituados para projetar uma residência: o arquiteto Rino Levi e Burle Marx, que criou os jardins e os painéis artísticos que compõem a edificação. Ambos profissionais são amplamente reconhecidos por suas contribuições para a cultura brasileira do século XX.

A casa, que segue os principais preceitos modernistas na sua arquitetura, integra de maneira especial o espaço de residência ao bosque, jardim e áreas de lazer. É um dos exemplares mais representativos das residências de lazer da elite paulista deste período.





1952 – MOGI DAS CRUZES

CATEDRAL DE SANTANA

Praça Coronel Benedito de Almeida, s/nº

Uso – igreja católica

Foto – Guilherme Silva, 2014

“Esta é a primeira fotografia de uma série que venho trabalhando há algum tempo: O Caminhante. Normalmente, escolho um fundo bacana e espero as pessoas passarem, procurando não ser notado. A igreja Matriz, no coração de Mogi das Cruzes, me agrada muito, porque os moradores mais antigos da cidade ainda residem no seu entorno. Esta foto foi feita em um domingo pela manhã durante uma aula prática com os meus alunos, achei bacana a cena, enquadrei e cliquei.”

Guilherme Silva

Mogi das Cruzes está situada a leste da Grande São Paulo, região que compreende as terras banhadas pelo rio Tietê antes de chegar à capital. O rio, que corta todo o estado de São Paulo, foi a principal via de acesso para o desbravamento do interior e o terreno fértil de suas margens propiciou a instalação de pequenas lavouras dando origem aos primeiros núcleos populacionais. O povoado que deu origem a Mogi surgiu logo no início da colonização do país, servindo como um ponto de repouso a bandeirantes e exploradores. É uma cidade antiga, que já completou quatrocentos e cinquenta anos de existência.

Atualmente, na sua área central convivem exemplares arquitetônicos de diferentes períodos: o Teatro Vasquez (1902), os prédios ocupados hoje em dia pelo museu histórico (meados do século XVIII) e pelo arquivo histórico (1860),

o marco zero (1935), as igrejas das Ordens Primeira e Terceira do Carmo (fim do século XVIII), a igreja de São Benedito (fim do século XVIII), a Escola Estadual Cel. Benedito de Almeida (1901) e o Casarão do Carmo (século XIX). No entanto, o olhar do fotógrafo ao procurar um vestígio da memória se voltou para um monumento muito mais recente, construído em 1952, a Catedral de Mogi das Cruzes.

A Catedral de Sant’Anna, como também é denominada, foi erguida no local onde existiu a primeira capela que deu origem ao povoado e onde, em 1900, foi erguida a primeira igreja matriz, dedicada a Nossa Senhora de Sant’Anna, padroeira da cidade.

Sua arquitetura, inspirada no estilo romano dos primeiros templos cristãos, se destaca das outras construções históricas que sobreviveram às transformações urbanas ao longo de séculos. Quais os critérios que orientaram a escolha deste estilo arquitetônico? O que a igreja do início dos anos 1950 queria dizer à população, erguendo no marco inicial da cidade um monumento com estas características e grandiosidade? Como e por que muitas cidades, como Mogi das Cruzes, derrubaram suas antigas igrejas matrizes para construir novas edificações? O que o edifício e as pinturas e esculturas que o compõem falam hoje ao cristão que o frequenta e ao morador que por ele passa diária ou eventualmente?





1954 – SÃO PAULO – IBIRAPUERA

PALÁCIO DA AGRICULTURA

Avenida Pedro Álvares Cabral, 1.301

Arquiteto – Oscar Niemeyer

Uso original – Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

Uso atual – Museu de Arte Contemporânea da USP

Tombamento – Iphan (aprovado em 2016)/Condephaat, 25/01/1992

Foto – Paulo Rapoport, 2014

“Eu sempre cuidei da documentação dos meus veículos no Departamento de Trânsito, que funcionava neste edifício. Era o pior momento para mim: ir a um lugar onde se era maltratado e perdia tempo e dinheiro. Quando o prédio passou a ser sede do MAC-USP, percebi uma oportunidade de refazer a ligação com a obra do Oscar Niemeyer e uma noite fotografei essas emblemáticas colunas. Depois descobri que o autor, Niemeyer, teve sua proposta de restauração recusada por não respeitar as regras de tombamento. Achei engraçado!”

Paulo Rapoport

Quem hoje visita o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo pode até nem perceber que o prédio onde está instalado faz parte do conjunto arquitetônico do Parque do Ibirapuera. O fato é que quando o edifício foi inaugurado, em 1954, a Avenida 23 de Maio ainda não havia atravessado os jardins do parque, separando-o das outras construções. Construído para sediar a Secretaria do Estado da Agricultura, o antigo Palácio da Agricultura, assim como os outros edifícios que compõem o Ibirapuera, foi encomendado para o arquiteto Oscar Niemeyer pela comissão encarregada das comemorações dos quatrocentos anos da cidade de São Paulo. Do conjunto fazem parte o Palácio das Nações, atual Museu Afro Brasil; o Palácio dos Estados, hoje Pavilhão da Cultura Brasileira; o Palácio das Indústrias, atual Pavilhão Ciccillo Matarazzo; o Palácio das Exposições, atual Pavilhão Lucas

Nogueira Garcez, conhecido como Oca; e uma marquise longa e sinuosa, todos situados do outro lado da avenida.

Difícil de perceber para quem visita o atual MAC, mas menos difícil do que para os que frequentaram o edifício entre 1959 e 2008, quando abrigou o departamento de trânsito do estado. Durante esses quarenta e nove anos, a pressa característica de quem estava no local para resolver problemas burocráticos talvez inibisse ainda mais esta percepção. Afinal, sediar o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo o reúne novamente aos outros edifícios do Parque do Ibirapuera, principalmente pela natureza cultural das instituições que todos abrigam. Esta unidade acaba até realçando aos olhos do visitante a semelhança entre o prédio do museu e os edifícios do outro lado da avenida. Hoje, por mais que a 23 de Maio os separe, o conjunto está mais unido. Os pilotis em forma de V que sustentam o atual museu são elementos marcantes da arquitetura moderna brasileira, consagrada no período no Brasil e no exterior e da qual a obra de Oscar Niemeyer é um dos principais expoentes. O prédio nos fala da modernidade, da formação da metrópole, do automóvel, da arquitetura modernista. E mais, através do acervo artístico do MAC, referência sobre arte moderna e contemporânea, brasileira e internacional, e dos documentos que fazem parte do seu arquivo, nos fala da formação de sua coleção e de sua relação com a história das artes e da cultura no mundo, no Brasil e na cidade de São Paulo.





1954 – ADAMANTINA

CINE SANTO ANTÔNIO

Alameda Armando Salles de Oliveira, 449

Projeto Keishu Takano – engenheiro civil

Uso original – cinema

Uso atual – desativado

Foto – Denise Guimarães, 2017

“O Cine Santo Antônio é uma construção majestosa, me surpreendi com a beleza e a grandeza do edifício em uma cidade com pouco mais de trinta e cinco mil habitantes. Para fazer esta foto, fui diversas vezes ao local, desde os primeiros raios do sol até o final da tarde, observando sua posição em busca da melhor luz. Fotografar a história é sempre gratificante, pois é possível colaborar com a preservação da memória.”

Denise Guimarães

As companhias de colonização, junto com os melhoramentos urbanos feitos nos loteamentos do Oeste do estado, levaram também os cinemas. A indústria cinematográfica em expansão seguiu as estações de trem.

Ir ao cinema era a maior diversão da época; salvo quando aparecia um circo ou uma companhia teatral, era o tema principal da maioria das rodas de conversa. Cartazes nas calçadas, em frente a prédios construídos especialmente para eles, geralmente localizados nas ruas centrais das cidades, anunciavam dramas, romances, faroestes, aventuras, policiais e musicais; produções americanas, nacionais e europeias, atraindo a população. O projetista, geralmente conhecido dos frequentadores, e o lanterninha, que iluminava as poltronas vazias, são personagens que fazem parte do encantamento que o cinema trazia.

O escurinho proporcionava aos namorados a intimidade negada à luz do dia, que muitas vezes era flagrada com um acender repentino das luzes causado por constantes problemas na projeção. Como disse o poeta Drummond, “só quem assistiu à infância do cinema no Brasil pode avaliar o que era essa magia dominical das fitas francesas e italianas, sonho da semana inteira”.

Em Adamantina o primeiro cinema começou a funcionar em 1947, dois anos antes de a vila ser elevada à categoria de município. O Cine Santo Antônio foi o segundo. Até a década de 1980 funcionou diariamente, com uma média anual de quatrocentas e dezoito sessões e oitenta e quatro mil espectadores. Era uma sala moderna, com mil, duzentas e cinquenta poltronas de couro, tela panorâmica - tecnologia de ponta para a época - e espaços divididos: o pullman, em cima, mais confortável e requintado, e a plateia no térreo.

Foi durante muito tempo a grande atração da cidade, comparado apenas ao footing nas ruas centrais e na praça do coreto. As sessões lotavam, principalmente as matinês dos domingos, formando enormes filas.

Gerações aprenderam e sonharam com e por ele. Após os anos 1980 entrou em decadência e foi fechado. No início do século XXI foi reformado pela municipalidade, mas logo caiu em desuso novamente. Atualmente está à venda, correndo o risco de ser demolido.



CINE

SÃO ANTONIO

MARCA KFF

VENDE-SE

KRAFT

GRANDE ENTORNO



1960 – FERNANDÓPOLIS

IGREJA SANTA RITA DE CÁSSIA

Praça da Matriz, s/nº

Projetista – Norberto Van de Leemput

Uso – igreja católica

Foto – Pierre Duarte, 2017

“Estive em Fernandópolis pela primeira vez no início dos anos 1990. A torre da igreja me chamou a atenção, não só por ter um relógio no lugar onde normalmente se vê um sino no campanário, mas também por ter sido construída separada do prédio principal. O enorme vitral na parede frontal ilumina o interior da igreja e visto por fora realça a enorme fachada. A praça em frente à matriz estava em obras quando fotografada, mas a imagem em preto e branco evitou que este detalhe fosse realçado.”

Pierre Duarte

A partir de 1935, os trilhos da estrada de ferro se prolongaram atingindo as terras no extremo Noroeste paulista, multiplicando os loteamentos, entre eles os que dariam origem à cidade de Fernandópolis.

Desde os primórdios do povoamento, a religião católica promoveu a sociabilidade fernandopolense. O primeiro símbolo católico da cidade foi inaugurado no ato da fundação da Vila Pereira, seu núcleo inicial. Aconteceu em 1939, quando após a derrubada da mata, foi erigido um cruzeiro e rezada a primeira missa em louvor à Santa Rita. Em seguida a própria comunidade católica construiu uma capela em honra à padroeira da Vila, onde periodicamente o padre da vizinha Vila Monteiro vinha dar assistência religiosa, pois ainda não havia

sacerdotes residentes no local. Nessa época, ao lado do cruzeiro e da capela havia uma casa onde os fiéis se reuniam para rezar o terço e fazer novenas.

Com a chegada dos padres assuncionistas holandeses, enviados pelo bispo da diocese de Rio Preto em 1947, a penetração da doutrina da igreja católica na sociedade se institucionalizou. Foi realizado um intenso trabalho de catequização na zona rural, que deu origem às comunidades eclesiais de base que ainda hoje atuam na região. Logo foram iniciadas campanhas para a arrecadação de fundos para a construção de uma nova igreja matriz, que contou com a participação ativa dos moradores tanto na organização de quermesses e leilões beneficentes quanto com doações e trabalhos voluntários. Estes eventos promovidos durante os dez anos que duraram as obras da igreja, e que ainda estão vivos na memória de atuais moradores e seus descendentes, agitaram a pequena cidade e por muito tempo foram as principais atividades de lazer da comunidade.

Em 1960, no mesmo lugar da instalação do cruzeiro, foi inaugurada a Igreja Matriz Santa Rita de Cássia, uma grande construção que se destacou imediatamente das outras existentes no local e que até hoje é, além de um marco da fundação da cidade, um espaço de sociabilidade e encontro dos moradores.



1961 – GUARULHOS



GINÁSIO MUNICIPAL

Avenida Arminda de Lima, 57

Arquiteto – João Batista Vilanova Artigas

Uso original – ginásio municipal

Uso atual – Escola Estadual Conselheiro Crispiniano

Tombamento – Condephaat, 2014

Foto – Mônica Zarattini, 2017

“Esta escola possui um tesouro: colunas modernistas circundando um lindo jardim com lago, largos corredores, um belo mural e um pátio, iluminado através de frestas no teto. Dediquei atenção a estes elementos para a composição das fotografias. Fiquei absorta numa atmosfera bela e tranquila e imaginei o quanto poderia ser bom estudar numa escola assim.”

Mônica Zarattini

Novos tempos, novas escolas. Nada da suntuosidade e luxo dos edifícios escolares da Primeira República frequentados pelos filhos da elite cafeeira. As escolas modernas, construídas após a inauguração de Brasília e da consagração da arquitetura moderna brasileira, caracterizam-se pela preocupação com a socialização, com a ampliação dos espaços de convivência e comunicação.

Em 1960, Guarulhos tinha pouco mais de cem mil habitantes e nenhum edifício para seu único ginásio municipal, que funcionava nas dependências de um grupo escolar. Este foi o principal motivo da cidade ter sido escolhida no período que o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo financiou a construção de edifícios públicos em quase todas as cidades do estado.

O projeto encomendado a Vilanova Artigas (1915 – 1985), um dos mais consagrados arquitetos modernistas do Brasil, foi uma de suas primeiras obras em arquitetura escolar – dois anos antes havia sido inaugurado o Ginásio Municipal de Itanhaém, outro projeto de sua autoria na área. Ambos são considerados edifícios precursores nas técnicas e conceitos da arquitetura escolar do período, tendo servido de modelo para os outros edifícios erguidos no âmbito desta política.

Segundo a resolução de tombamento publicada no Diário Oficial, em 2014, o “espaço central unificador, a fluidez entre interior e exterior, a implantação tirando partido das condições do terreno, a iluminação zenital, o jogo cromático e o uso de painéis murais artísticos” - que no caso deste edifício é um painel do artista Mário Gruber - são aspectos existentes no edifício recorrentes na obra de Artigas.

A Escola Estadual Conselheiro Crispiniano é vestígio que fala de Vilanova Artigas, da arquitetura moderna e do sistema educacional brasileiro e leva a uma imensa rede de histórias de vida formada pelas trajetórias de alunos, professores e funcionários.





1976 – CAMPINAS

AUDITÓRIO BEETHOVEN

Avenida Doutor Heitor Penteado, s/nº,
Parque Portugal
Arquiteto – Igor Sresnewsky
Uso – auditório público
Foto – Mauricio Simonetti, 2009

“A foto da concha acústica de Campinas foi feita aproveitando uma viagem a trabalho. O objetivo era fotografar locais icônicos de várias cidades do interior paulista. No caso de Campinas, um desses locais é o Parque Taquaral, onde fica a concha.”

Mauricio Simonetti

“Com a roupa encharcada, a alma repleta de chão / Todo artista tem de ir aonde o povo está / Se for assim, assim será / Cantando me disfarço e não me canso de viver / Nem de cantar.”

Milton Nascimento, Nos Bailes da Vida, 1981

O auditório Beethoven, também conhecido como Concha Acústica de Campinas, foi construído em 1976 para integrar os equipamentos do Parque Portugal, inaugurado quatro anos antes às margens da Lagoa do Taquaral, em Campinas. O projeto é do arquiteto Igor Sresnewsky, especialista em acústica para teatros ao ar livre, que para sua criação se inspirou no auditório do parque Damrosch, em Nova York, e no estudo da acústica dos teatros gregos. Silêncio e ventos favoráveis do palco para a audiência, inclinação forte das arquibancadas e geometria específica eram, segundo o arquiteto, as condições ideais para a instalação de uma concha acústica. Além da observação rigorosa destes requisitos – na

época a região do parque ainda estava em fase de urbanização –, o arquiteto inovou construindo bancos de concreto ressonantes, ou seja, ocos e com combinações variadas, permitindo a reverberação perfeita dos sons. Iluminação nas laterais e um reforço eletroacústico com alto-falantes lançando o som produzido na concha para toda a lagoa completavam o projeto, que podia receber três mil e quinhentos espectadores.

Na sua inauguração, o então prefeito da cidade, Lauro Péricles Gonçalves, discursou: “as instalações do Auditório Beethoven servirão principalmente para as atividades artísticas populares e a todas as entidades interessadas na divulgação e no culto das boas tradições”.

Desde então, festivais e espetáculos de música, teatro, dança, além de manifestações e comícios políticos, reúnem moradores e visitantes, sem distinção de raça, gênero ou classe social.

A história do auditório Beethoven representa a atuação do poder público durante mais de quatro décadas na promoção da cultura em Campinas; o uso do espaço público, a produção cultural e artística local e regional e sua relação com o mundo; o gosto e consumo cultural das classes média e baixa no Brasil, enfim, toda a enorme teia formada por pensamentos, sentimentos, costumes e emoções que fizeram e fazem parte da sua existência.





Realização
Illumina Imagens e Memória Ltda.

Coordenação editorial
Ana Lúcia Queiroz e Márcia Zoet

Pesquisa e texto
Ana Lúcia Queiroz

Edição de imagens
Márcia Zoet, Marta Oliveira e Vera Toledo Piza

Revisão
Luciana Cassas

Projeto gráfico
Marta Oliveira

Tratamento de imagens e impressão
Ipsis Gráfica e Editora

Editoração e diagramação
Julian Lepick

Fotografias do patrimônio histórico

Alessandro Celante, Angelo Cardoso, Chico Ferreira, Daniel Cymbalista, Delfim Martins, Denise Guimarães, Ed Viggiani, Eduardo Zappia, Epitacio Pessoa, Guilherme Silva, João Prudente, Lucas Lacaz Ruiz, Luludi Melo, Márcia Zoet, Marcos Piffer, Mauricio Simonetti, Mônica Zarattini, Paulo Rapoport e Pierre Duarte.

Fotografias adicionais

Márcia Zoet e Julian Lepick (página 4)

Capa e contracapa

Hospedaria de imigrantes de Santos, 1912

Agradecemos a Andre Jung, Conrado Vivacqua, Maria Salete Queiroz, Ornella Flandoli e Vera Toledo Piza, pela parceria, inspiração e valiosas contribuições. Pela colaboração em nossas pesquisas: José Luiz Alves de Oliveira, de Osasco; Hélio Hirao, Presidente Prudente; Solange Barroso Silveira, São João da Boa Vista; Bruno Monte Gomes, Marília; Daniel Augusto da Silva Fabri, Adamantina e Ruy Debs Franco, de Santos.

ALESSANDRO CELANTE

É formado em Comunicação Social pela Faap e pós-graduado em fotografia aplicada pelo Centro de Comunicação e Artes – Senac – SP, onde pesquisa processos históricos fotográficos. A partir de um projeto para a Bienal de Artes de Havana 2015 foi criada “Máscaras Impermanentes”, exposição itinerante que passa por vários festivais de fotografia no Brasil. Nasceu em 1972 em Itu (SP).

ANA LÚCIA QUEIROZ

Graduada em história pela PUC-SP (1984), atualmente é mestranda no Instituto de Estudos Brasileiros – USP. Sócia da Illumina Imagens e Memória, atua desde 2007 na coordenação de projetos culturais, produção de textos e pesquisa. Livros publicados: *Pauliceia Desvelada* (2011), *Imagens, Receitas e Ladainhas da Folia de Reis - Aiuruoca* (2012) e *Maracangalha, Vida e Obra de Sylvia de Leon Chalreo* (2014).

ANGELO CARDOSO

Atua como fotojornalista desde 1987, no interior de São Paulo. Nascido em 1967, em Araçatuba, se formou em jornalismo em 2004, na mesma cidade, pelo Centro Universitário Toledo.

CHICO FERREIRA

O fotógrafo iniciou sua carreira nos anos 1980, no Paraná. Depois, mudou para São Paulo onde integrou a Agência Angular de Fotojornalismo e colaborou nas principais revistas e jornais do país. Recebeu o prêmio Líbero Badaró de fotografia por uma imagem do seu ensaio sobre surfistas de trem. É natural do Rio de Janeiro, onde mora.

DANIEL CYMBALISTA

Suas imagens estão publicadas em revistas brasileiras e em livros como *Escultura Aventura*, de Katia Canton, e *DK Eyewitness Travel Guide*. Formado em Cinema pela Faap, tem a arquitetura e o patrimônio histórico como principais interesses. Nasceu em 1976.

DELFIN MARTINS

Possui grande acervo sobre a produção de alimentos, resultado de trinta anos de viagens pelo Brasil. Em 1981/1982 recebe o Prêmio Internacional Nikon, Japão. Tem fotos nos seguintes acervos: Masp - Museu de Arte de São Paulo; Instituto Nacional de Belas Artes – México; Casa da Fotografia Fuji – SP; National Museum of Natural History – Smithsonian Institute – EUA; Banco de Dados Informatizado Itaú Cultural – SP; e Fundação Cultural de Curitiba. Nasceu em 1951, em Barcelos, Portugal.

DENISE GUIMARÃES

Fotojornalista desde 1998; é apaixonada pela profissão. Tem experiência em jornalismo diário, assessoria de imprensa e fotografia documental. Atualmente é fotógrafa na Universidade de São Paulo. Possui graduação e mestrado em Design pela Unesp.

ED VIGGIANI

Em 2012 foi um dos vencedores do Prêmio Marc Ferrez da Funarte, com o trabalho *Bom Retiro, Bairro Global*. Com o ensaio fotográfico sobre religiosidade popular no Brasil recebeu o prêmio The Mother Jones International Fund for Documentary Photography, em São Francisco, nos EUA, em 1991. Suas imagens fazem parte das coleções do Masp (1992) e do MAM-SP (1999). É autor do livro de fotografia *Brasileiros Futebol Clube*, lançado em 2006. Nasceu em São Paulo, em 1958.

EDUARDO ZAPPIA

Formado em design gráfico, com pós-graduação em fotografia, transita por várias áreas desta arte, imprimindo na sua linguagem a marca do fotojornalismo. Suas fotos estão publicadas na imprensa brasileira e internacional. Natural de São Paulo, aos 38 anos, mora no Rio.

EPITACIO PESSOA

Conquistou o Prêmio Esso de Fotografia, em 2011, e menção honrosa no prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, em 2000. Começou a carreira em 1985 e trabalhou no jornal O Estado de S. Paulo, entre 1988 e 2015. Nasceu em Taquarituba (SP). Aos 50 anos, mora em Sorocaba e dirige a agência de fotografias que leva o seu nome.

GUILHERME SILVA

Tem 32 anos e é fotógrafo e arte-educador desde 2012. Faz parte de um coletivo de fotografia em Mogi das Cruzes, o Eveday Mogi, onde retrata o cotidiano mogiano e publica nas redes sociais.

JOÃO PRUDENTE

Freelance para diversas publicações nacionais, principalmente nas áreas de meio ambiente, turismo, cultura e agropecuária. Trabalhou no Jornal Correio Popular, de Campinas (Grupo RAC), por dez anos, e também atua como fotógrafo para diversas empresas.

LUCAS LACAZ RUIZ

Há duas décadas trabalha como fotógrafo. Já participou de exposições nacionais e internacionais e de livros de arquitetura. Um dos trabalhos mais marcantes foi o livro *Arquitetura Moderna de São José Campos*, de autoria do arquiteto Alexandre Penedo, onde fez a parte de pesquisa fotográfica e produziu imagens também. Desde a infância, é ligado ao mundo das artes transitando pelas artes plásticas, desenhos, gravuras, esculturas e performances.

LULUDI MELO

Olimpíadas de Atlanta e matadores de aluguel foram temas de suas mostras individuais. Suas imagens integraram exposições coletivas, como *As Donas da Bola – CCSP* (2014) e a mostra em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (2016), na ONU, em Nova York. Trabalha no grande imprensa e é sócia da Agência Luz de Fotografia. Formada em Matemática pela UERJ, nasceu em Belo Horizonte.

MÁRCIA ZOET

Começou em fotojornalismo na década de 1980, trabalhando nos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Há mais de dez anos partiu para a iniciativa privada criando a Illumina Imagens e Memória, em São Paulo. Suas imagens integraram exposições coletivas, como *As Donas da Bola – CCSP* (2014). Colabora com a mídia independente, desde 2015, fotografando manifestações de rua na cidade de São Paulo. Nasceu em Juiz de Fora (MG), em 1961.

MARCOS PIFFER

Autor de nove livros de fotografia. Suas fotos fazem parte dos acervos do Masp, MAM-SP, MIS, MAC, Instituto Cultural Itaú e Coleção Fnac. Entre os prêmios recebidos estão a Bolsa de Artes da Fundação Vitae (1996) e o Prêmio Estímulo (1995), da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Formado em Arquitetura e Urbanismo, ele se dedica a fotografar as cidades e a natureza e ao ensino universitário. É editor da revista Guaiaó, em que propõe pensar a cidade de Santos (SP) através da cultura litorânea.

MAURICIO SIMONETTI

Fotógrafo profissional desde 1982 atua no mercado editorial e publicitário do Brasil e do exterior. Sua produção pessoal é centrada em imagens de natureza, meio ambiente e paisagens urbanas, fazendo parte das coleções do Masp, do Itaú Cultural e do MIS-SP. É autor do livro *Brasil - As Cidades da Copa*, publicado pela Escrituras Editora em 2014.

MÔNICA ZARATTINI

Fotógrafa e editora de fotografia trabalhou no jornal O Estado de S. Paulo e no Jornal da Tarde por mais de vinte e seis anos. É doutoranda em Estética e História da Arte na USP onde pesquisa a fotografia contemporânea brasileira. Recebeu o III Prêmio Embratel de Fotografia e o XXIII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 2001. Autora da série de retratos da exposição *Viva La Diferencia!*, do Museu da Ciência de Barcelona (2007/2009), tem imagens em mostras coletivas, como *As Donas da Bola* (2014).

PAULO RAPOPORT

Shows, pessoas no cotidiano urbano e situações de rua são os temas principais do fotógrafo e contrabaixista paulistano, formado pela USP em Sociologia. Seu acervo foi construído com imagens urbanas da cidade de São Paulo e de viagens, especialmente para Cuba, Índia e Islândia. Atualmente uma foto de sua autoria participa da exposição *People in the City* na Blue Art Galery, em Berlim. Nasceu em 1960.

PIERRE DUARTE

Nasceu em 1970, em Camaquã, RS, mudou em 1984 para São José do Rio Preto (SP), onde começou na fotografia. Com fotos publicadas nos principais jornais, revistas e sites do Brasil, acredita que a criatividade é o “equipamento” mais importante do fotógrafo. Mora em Ribeirão Preto.

Bibliografia

- ABREU E SOUZA, Rafael de. *Margarina, Modernidade e Arqueologia (1940 – 1970)*: Revista de História da Arte e Arqueologia N. 20 / jul/dez 2013.
- ALAMINO, Caroline Antunes. *Vila de Paranapiacaba – Dilemas de um Patrimônio Histórico e Ponto Turístico*; in Revista Patrimônio e História, UNIFIL, Londrina, PR, 2014.
- ALLIS, Thiago. *Ferrovia e Turismo Cultural: Alternativa para o Futuro da Vila de Paranapiacaba (SP)*. Revista Turismo em Análise, Brasil, v. 13, n. 2, p. 29-53, nov. 2002.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello; CAMPOS, Maryzilda Couto; JULIANI, Lúcia Cardoso Oliveira. *O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo – 1979 – 2005*; in Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, v 204; 2006.
- BRANDÃO, Marina Chagas. *Ocupar o Patrimônio. Reflexões sobre Estudos de Caso*; FAU-USP; 2016. Trabalho final de graduação.
- BRITO, Celso Roberto de. *Contribuição ao Estudo do Poder Local em Osasco: Um Estudo Geográfico-político*. São Paulo: FFLCH, USP, 2009. Tese de doutorado.
- CAMPOS, Eudes. *A Vila de São Paulo do Campo e seus Caminhos*; in Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, v 204; 2006.
- CAMPOS, Eudes. *Nos Caminhos da Luz, Antigos Palacetes da Elite Paulistana*. An. mus. paul. [on-line]. 2005, vol. 13, n. 1, pp. 11-57.
- CARAPONALE, Priscila Ferrer. *Cotidiano Escolar: A Escola Profissional de Franca (1924 – 1942)*: Faculdade de Educação, PUC-SP; São Paulo; 2009. Tese de mestrado.
- COMÁSSIO, Cacilda Lima. *De Aprendizes a Empresários: Memória de Ex-alunos da Escola Profissional de Franca*; Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação; Uberlândia; 2006.
- EL BANAT, Ana Kalassa; NUNES, Luiz Antonio de Paula; Santos, Jardins da Orla – Referência Urbana para a Municipalidade; Revistas USP, Revista Paisagem e Ambiente, São Paulo n. 15 p. 81-102 – dez. 2002.
- FERRAREZI, Andressa Mastroldi. *A Swift e a Represa de São José do Rio Preto: Espaços de Trabalho, Memória e Lazer*. Trabalho de Graduação, Unesp, São Paulo/SP, 2014.
- FONTANARI, Rodrigo. *Um Banqueiro do Café, a Trajetória Profissional do Coronel Cristiano Osório de Oliveira e as Teias do Crédito na Economia Cafeteira Paulista (1890 – 1937)*: FFLCH-USP; 2015. Tese de doutorado.
- GHIRARDELLO, N. *À Beira da Linha: Formações Urbanas da Noroeste Paulista* [on-line]. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 235.
- GHIRARDELLO, Nilson; RAMOS, Alfredo Zaia. *Gregori Warchavchik, Marília, 1935*. Arqutextos, São Paulo, ano 17, n. 194.01, Vitruvius, jul. 2016.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: FFLCH, USP, 2008. Tese de doutorado.
- GUERRA, Abilio; CASTROVIEJO, Alessandro José Ribeiro; *Casas Brasileiras do Século XX*. Arqutextos, ano 07, jul. 2006.

- HIRAO, Hélio; NERES, Rodrigo Morganti. O Museu Histórico e Arquivo Municipal de Presidente Prudente – SP. Patrimônio, Projeto e Identidade na Cidade Contemporânea. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 134.03, Vitruvius, jul. 2011.
- INOUE, Luciana Massami. A Companhia Paulista e Suas Vilas Ferroviárias: História de Empresa e Patrimônio Industrial: Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, ES, 2015 (on-line).
- JAMBERSI, Belissa do Pinho. Escola Normal e a Formação da Elite Intelectual da Cidade de Osasco (1911 – 1930); *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.33, p.122-141, mar.2009.
- LESSA, Ana Lara Barbosa. O Lugar do Patrimônio Industrial na Cidade Contemporânea - Atores, Valores e Embates: a Trajetória das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na Água Branca. *Revista CPC*, São Paulo, n. 19, p. 109-135, jun.2015. (on-line).
- MAYUMI, Lia. Taipa, Canela-preta e Concreto – Um Estudo sobre a Restauração de Casas Bandeiristas em São Paulo. 2006: FAU – USP; São Paulo, 2006. Tese de doutorado (on-line).
- MELO, B. M.; SILVA, M. A. M. O Noroeste Paulista dos Sittiantes: entre Memória e História, Liberdade e Sujeição. *Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários*, v. 38, p. 51-74, 2013.
- MENEZES, Neusa Maria Soares de. Teatro Municipal de São João da Boa Vista (1914 – 2014); São João da Boa Vista; 2014.
- MORILA, Ailton Pereira. Um Monumento na Avenida: a Escola Normal de São Carlos; revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p. 40-62, set. 2005.
- NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. Forte São João e Fortaleza da Barra de Santo Amaro – Guardiões da Nossa Identidade Cultural: Atas do I Encontro de História da Arte – IFCH / Unicamp, 2005.
- FERREIRA, Roberto Leme. O Condephaat, A Preservação do Patrimônio Histórico e a Gestão Municipal; *Temas de Administração Pública*, Araraquara, v.3, n.4, 2009.
- Prefeitura de Fernandópolis; Equipe Executiva (organização e revisão). Fernandópolis – Nossa História, Nossa Gente / 2012. v. II.
- PERRONI, Maria Salete. Construções Históricas no Vale do Paraíba Paulista: Caracterização de Materiais de Alvenaria Usados nas Edificações com Terra. São Paulo: EACH, USP, 2015. Dissertação de mestrado.
- RIBEIRO, Bernadete Rezende de Souza. A Presença do Pedagogo de Patrimônio Histórico no Estuário Santos/Guarujá: Unisantos, 2009. Dissertação de mestrado.
- ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen. História de Matadouros: Uma Breve Análise de Fontes e Possibilidades de Pesquisa, Anais do XV Encontro Regional de História; UFPR, Curitiba/PR, 2016.
- ROTHER JUNIOR, Dirceu. O Sentido da Preservação do Patrimônio Natural e Construído: Unimep, Piracicaba, São Paulo, 2016. Tese de mestrado.
- SOARES, Isis Salviano Rovero. Documentação Histórica da Vila Penteado, in *Análise do Desempenho Aplicada à Preservação Predial: O Caso da Vila Penteado*: FAU – USP, 2012. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Jaderson da Silva. Cidade Tombada: A Queda de Braço em Torno da Preservação do Patrimônio Histórico em Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp; 2014. TTC.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande; in *Revista da Cultura*, ano IX, nº 15, junho de 2009, p. 48-59.
- TERCI, E. T.; PIRES, M. T. M. Ascensão da Agroindústria Canavieira Paulista: O Caso de Piracicaba no Início do Século XX. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 12, n. 3, p. 445-456, 2010.
- VERNAGLIA, Jorge Luiz. A Ponte dos Bondes ou a Ponte Torta – 123 Anos de Monumentalidade; in *Revista Cidade, Patrimônio & Memória*; Prefeitura Municipal de Jundiá, vl. 0, 2016.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o Cotidiano Doméstico na Casa Bandeirista: Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2005. Tese de doutorado.

Outras fontes:

- A História de Martinelli, o Imigrante que Sonhou Subir aos Céus. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4230>
- Acervos on-line dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo.
- Anuário de Ensino da Secretaria de Educação – 1937. Arquivo do Estado de São Paulo (on-line).
- Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos. Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo; Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo; 1984.
- Diário Oficial da União – Resoluções de Tombamento – Iphan.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo – Resoluções de Tombamento – Condephaat.
- Estudo Acústico dos Teatros Gregos, Igor Sresnewsky (on-line) http://www.lazuliarquitetura.com.br/artigo_igor.htm
- http://casadascaldeiras.com.br/Historico_CasaDasCaldeiras_download.pdf
- Arquivo do Estado de São Paulo. Relatório do Diretor de Ensino da Regional de Bauru (1933).







“Diferentes fotógrafos olharam para as cidades buscando registrar algo material do passado que os atraísse. Não há desejo de explicar São Paulo. As escolhas foram conduzidas por estímulos singulares, pelo olhar do fotógrafo editando o que via. Não o fotógrafo a serviço de uma ordem documental, mas de escolhas que recortam a realidade, iluminam detalhes, desenham com o olhar, com ênfases de luz. São, no mais das vezes, edificações icônicas, conhecidas nos municípios enfocados, mas não necessariamente as mais conhecidas, as tombadas, sequer a totalidade dos edifícios em suas essências arquitetônicas, em seus significados simbólicos.”

Silvia Ferreira Santos Wolff

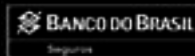


apoio



patrocínio

GRUPO SEGURADOR



realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA

